



# BOLETIM OFICIAL

ÍNDICE		
PARTE B	<b>ASSEMBLEIA NACIONAL:</b> <i>Secretaria-Geral:</i> <b>Extracto de despacho n° 1717/2016:</b> Nomeando Diva Rosana dos Reis Mendes para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de secretária no Gabinete do Grupo Parlamentar do MPD..... 1577 <b>Extracto de despacho n° 1718/2016:</b> Nomeando Hélia Andreia Oliveira Soares, para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de secretária no Gabinete do Grupo Parlamentar do MPD..... 1577 <b>Extracto de contrato de trabalho n° 32/2016:</b> Contratando César Patrício Silva Santos Querido Varela, para exercer o cargo de pessoal de apoio operacional nível II, ex-assistente administrativo, no Gabinete do Grupo Parlamentar do MPD..... 1578 <b>Comunicação n° 105/2016:</b> Comunica a rescisão de contrato de Diva Rosana dos Reis Mendes, que foi contratada para exercer o cargo de pessoal de apoio operacional nível II, ex-assistente administrativo, no Gabinete do Grupo Parlamentar do Movimento para a Democracia..... 1578	
	PARTE C	<b>CHEFIA DO GOVERNO:</b> <i>Gabinete do Primeiro Ministro:</i> <b>Despacho n° 79/2016:</b> Galardoado com Terceiro Grau da Medalha de Mérito Desportivo, o atleta, Gracilino Tavares Barbosa, pela participação e êxito alcançado nos XV jogos Paralímpicos de verão, Rio 2016..... 1578 <b>Despacho n° 80/2016:</b> Galardoado com Terceiro Grau da Medalha de Mérito Desportivo, o atleta, Marciel Lopes Almeida, pela participação, êxito e título alcançado, no circuito mundial da Global Kit Sports..... 1578 <b>Direção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão da Chefia do Governo:</b> <b>Comunicação n° 106/2016:</b> Comunicando que Iolanda Ledo de Pina, do quadro de pessoal da Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão da Chefia do Governo, que se encontrava de licença sem vencimento, retomou a efetividade do quadro..... 1579

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:***Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:***Rectificação nº 184/2016:**

Rectificando a publicação feita, no *Boletim Oficial* nº 47/2016, II Série, de 26 de Setembro, referente ao comunicado de regresso ao quadro do Secretário de Finanças, Silvino Pires Amador..... 1579

*Direção Nacional da Administração Pública:***Extracto de despacho nº 1719/2016:**

Aposentando Maria de Fátima Mendes, apoio operacional nível I, do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Santa Catarina. .... 1579

**Extracto de despacho nº 1720/2016:**

Desligando de serviço para efeitos de aposentação, Maria José Anes Gomes da Costa, apoio operacional nível I, da Câmara Municipal de Santa Catarina. .... 1579

**Extracto de despacho nº 1721/2016:**

Aposentando António Vaz Ribeiro, professor do ensino secundário nível II, do quadro de pessoal do Ministério da Educação..... 1579

**Extracto de despacho nº 1722/2016:**

Aposentando Apolinário João Pires, professor do ensino básico assistente nível II, do quadro de pessoal do Ministério da Educação..... 1580

**Extracto de despacho nº 1723/2016:**

Aposentando João da Cruz dos Reis Monteiro, professor do ensino secundário nível I, do quadro de pessoal do Ministério da Educação..... 1580

**Extracto de despacho nº 1724/2016:**

Aposentando Maria Ascensão Brito Soares, professora do ensino secundário assistente nível II, do quadro de pessoal do Ministério da Educação..... 1580

**Extracto de despacho nº 1725/2016:**

Aposentando Isabel Delgado Freitas Rodrigues, professora do ensino básico nível III, do quadro de pessoal do Ministério da Educação..... 1580

**Rectificação nº 185/2016:**

Rectificando o Despacho publicado no *Boletim Oficial* nº 54 de 11 de Novembro de 2016, respeitante a aposentação de Emiliania Jesus Monteiro, apoio operacional, do quadro de pessoal da Câmara Municipal da Praia..... 1580

**MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA:***Direção Nacional da Polícia Nacional***Notificação nº 29/2016:**

Notificando o agente Pedro Cardoso Fernandes, efetivo de Esquadra Policial da Brava, de que lhe foi instaurado um processo disciplinar por abandono de lugar e que lhe é concedido um prazo para, querendo, apresentar a sua defesa escrita..... 1581

**Notificação nº 30/2016:**

Notificando o agente da Polícia Nacional Adnilson Monteiro Barbosa, efetivo da Esquadra Policial de São Filipe, do Comando Regional do Fogo, de que lhe foi instaurado um processo disciplinar por abandono de lugar e que lhe é concedido um prazo para, caso querendo, apresentar a sua defesa escrita. .... 1581

**Notificação nº 31/2016:**

Notificando o agente da Polícia Nacional Manuel Silvério Alves Lopes Nunes, efetivo da Esquadra Policial dos Mosteiros, do Comando Regional do Fogo, de que lhe foi instaurado um processo disciplinar por abandono de lugar e que lhe é concedido um prazo para, caso querendo, apresentar a sua defesa escrita..... 1581

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DO TRABALHO:***Direção Nacional da Polícia Judiciária:***Extracto do despacho nº 1726/2016:**

Concedendo licença sem vencimento por um período de 90 (noventa dias) a Ányka Suzana Alfama Gomes da Costa, segurança nível I..... 1581

**Extracto do despacho nº 1727/2016:**

Nomeando Natal Eugénio Silva Bans de Portela e Prado para, em comissão de serviço, exercer o cargo de Diretor do Departamento de Informação Criminal, Polícia Técnica e apoio Tecnológicos, em acumulação com o Departamento de Apoio a Investigação Criminal. .... 1581

**Extracto do despacho nº 1728/2016:**

Nomeando Natalino Semedo Correia para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Diretor do Departamento de Investigação Criminal do Sal..... 1581

**Extracto do despacho nº 1729/2016:**

Concedendo licença sem vencimento a Dionísia Simone Lima Martins, Inspectora de nível II..... 1581

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO:****Serviço de Gestão de Recursos Humanos:****Extracto de despacho nº 1730/2016:**

Nomeando António Andrade Gonçalves, em exercício de funções na Escola Secundária Cova Figueira, para exercer, em comissão ordinária de serviço, o cargo de Diretor da referida Escola. .... 1581

**Extracto de despacho nº 1731/2016:**

Nomeando Emanuel Leonor Correia Barbosa, Nilza Luísa da Cruz Chantre, Salvadora Lopes Fernandes Moreira, Ostelino Gomes Tavares e Sara Maria de Brito Gomes Rosário Brito para exercerem, em comissão ordinária de serviço, os cargos de Diretores de determinadas Escolas Secundárias. .... 1582

**Extracto de despacho nº 1732/2016:**

Nomeando José Augusto Pereira Fernandes, Maria de Fátima Silva Gonçalves, Cecílio Semedo Cabral e Avelino Monteiro Varela para exercerem, em comissão ordinária de serviço, os cargos de Diretores de determinadas Escolas Secundárias. .... 1582

**Extracto de despacho nº 1733/2016:**

Nomeando Gilda Maria da Cruz Fortes para exercer, em comissão ordinária de serviço, o cargo de Diretora da Escola Secundária Jorge Barbosa. .... 1582

**Extracto de despacho nº 1734/2016:**

Nomeando, sob proposta dos Delegados do Ministério da Educação, professores do ensino secundário para exercerem, em comissão ordinária de serviço, os cargos de Diretores de determinadas Escolas Secundárias, e reconduzindo José Cândido Delgado no cargo de Diretor do Liceu Ludgero Lima. .... 1582

**Extracto de despacho nº 1735/2016:**

Nomeando Ernestina Pereira Rocha e Silvino Manuel dos Santos para exercerem, em comissão ordinária de serviço, os cargos de Diretores das Escolas Secundárias do Salineiro e Fulgêncio Tavares, respetivamente. .... 1583

**Extracto de despacho nº 1736/2016:**

Nomeando Oceano Artur da Luz para exercer, em comissão ordinária de serviço, o cargo de Diretor da Escola Técnica João Varela. .... 1583

**Extracto de despacho nº 1737/2016:**

Nomeando Elisângela Maria Delgado Santos e Mateus Domingos Monteiro para exercerem, em comissão ordinária de serviço, os cargos de Diretores da Escola Secundária António Silva Pinto e da Escola Secundária Baltazar Lopes da Silva, respetivamente. .... 1583

**Extracto de despacho nº 1738/2016:**

Nomeando José Casimiro dos Santos Fonseca para exercer, em comissão ordinária de serviço, o cargo de Diretor da Escola Secundária Luciano Garcia. .... 1584

**Extracto de despacho nº 1739/2016:**

Concedendo licença sem vencimento a Dulcelina Mendes, professora do ensino básico assistente, quadro de pessoal da Delegação do ME do Concelho de São Domingos. .... 1584

**Extracto de despacho nº 1740/2016:**

Prorrogando a licença sem vencimento a Odília Maria de Brito Lopes, Maria Etelvina Gonçalves Nogueira dos Santos, Valdemar de Barros Baptista Alves, José Luís Correia Semedo; Concedendo a suspensão de contrato de trabalho de Adilson Alberto Gonçalves de Pina para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Santa Cruz. .... 1584

**Extracto de despacho nº 1741/2016:**

Destacando Agostinho Jorge Tavares Monteiro, António Carlos Tavares Lopes, Arlindo Tavares Semedo da Veiga, Eduardo Adilson Camilo Pereira, Filomeno Gonçalves Semedo e Simão Paulo Rodrigues Varela para o Instituto Universitário de Educação. .... 1584

**Comunicação nº 107/2016:**

Comunicando que Nair Spencer Duarte dos Santos, quadro da Delegação do ME do Concelho de São Vicente, se encontra definitivamente incapacitada para o exercício de qualquer atividade profissional. .... 1584

**Comunicação nº 108/2016:**

Comunicando que Rosa Olívia Pinheiro Monteiro do Rosário, quadro da Delegação do ME do Concelho da Praia, se encontra definitivamente incapacitada para o exercício da atividade profissional. .... 1584

**Rectificação nº 186/2016:**

Rectificando o Despacho publicado no *Boletim Oficial* nº 41, de 17 de Agosto de 2016, referente às nomeações, em comissão ordinária de serviço, de Austelino Fernandes Lopes Tavares, Felizmina do Carmo Santos dos Reis, Lineth do Carmo Rodrigues da Cruz e Maria Helena Fernandes Andrade, para exercerem os cargos de Delegados do Ministério da Educação. .... 1584

**MINISTÉRIO DA FAMÍLIA E INCLUSÃO SOCIAL:***Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:***Extracto de despacho nº 1742/2016:**

Concedendo licença sem vencimento a Rito Manuel Fortes Faria Gomes, quadro da Direção Geral de Inclusão Social do Ministério da Família e Inclusão Social..... 1585

**Extracto de despacho nº 1743/2016:**

Contratando Mário Abílio Almeida Cardoso dos Santos Marques para, mediante contrato de gestão, exercer o cargo de Diretor Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão, do Ministério da Família e Inclusão Social..... 1585

**MINISTÉRIO DA SAÚDE E DA SEGURANÇA SOCIAL:***Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:***Extracto de despacho nº 1744/2016:**

Nomeando provisoriamente no quadro de pessoal do Ministério da Saúde e da Segurança Social determinados técnicos, para desempenhar o cargo de técnico nível I. .... 1585

**Extracto de despacho nº 1745/2016:**

Reconvertendo para assistente técnico nível VIII Carla Sofia Delgado Araújo, apoio operacional nível III, do quadro de pessoal da Direção Geral de Planeamento Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde. .... 1585

**Extracto de despacho nº 1746/2016:**

Destacando Ângela Maria Medina Silvestre, em serviço nos Serviços Centrais do Ministério da Saúde, Direção Geral de Farmácia, para exercer as suas funções no Hospital “Dr. Agostinho Neto”..... 1585

**Extracto de despacho nº 1747/2016:**

Destacando Suzi Lopes da Silva Chantre, em serviço na Região Sanitária de Santo Antão, para exercer as suas funções na Delegacia de Saúde de São Nicolau..... 1586

**Extracto de despacho nº 1748/2016:**

Concedendo licença sem vencimento a Corine Lopes Monteiro, apoio operacional nível II, contratada da Delegacia de Saúde da Praia. .... 1586

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E AMBIENTE:***Direção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão:***Extracto de despacho nº 1749/2016:**

Autorizando o regresso ao quadro de Manuel António Torres Lopes, do quadro da Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Agricultura e Ambiente, que se encontrava na situação de licença sem vencimento. .... 1586

**PARTE D****PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA:***Conselho Superior do Ministério Público:***Extracto da deliberação nº 05/CSMP/2016-2017:**

Nomeando, provisoriamente, cidadãos para exercerem as funções de oficial de diligências nas Procuradorias da República das Comarcas ..... 1586

**Extracto da deliberação nº 07/CSMP/2016-2017:**

Nomeando o Dr. Albertino da Silva Mendes, Procurador da República de 1ª Classe, para, em comissão de serviço, exercer as funções de Inspector do Ministério Público. .... 1587

**Extracto da deliberação nº 08/CSMP/2016-2017:**

Destacando, provisoriamente, para exercer funções na Procuradoria da República da Comarca do Paúl, Rui Jorge Ramos da Luz, em substituição da oficial de diligências Reni Reina Ramos Delgado, na situação de dispensa por maternidade..... 1587

**Extracto da deliberação nº 09/CSMP/2016-2017:**

Colocando, por permuta, Danilson de Jesus Monteiro Benchimol, como efetivo na Procuradoria da República da Comarca de Santa Catarina e Edilsa Sara da Veiga Vaz, como efetiva na Procuradoria da República da Comarca da Praia. .... 1587

**PARTE E****INSTITUTO CABO-VERDIANO PARA IGUALDADE EQUIDADE GÉNERO:***Direção de Serviços:***Extracto de despacho nº 1750/2016:**

Contratando Rosana Maria Pereira Almeida para, mediante contrato de gestão, exercer o cargo de Presidente do Instituto Cabo-verdianos para a Igualdade de Género. .... 1587

**PARTE G****MUNICÍPIO DO PORTO NOVO:****Câmara Municipal:****Extracto de despacho nº 1751/2016:**

Designando Valter Roberto Lima Silva para exercer, em regime de permanência, as funções de Vereador da Câmara Municipal do Porto Novo. .... 1588

**Extracto de despacho nº 1752/2016:**

Designando Maisa Marlene Santos Pinto para exercer, em regime de permanência, as funções de Vereadora da Câmara Municipal do Porto Novo. .... 1588

**Extracto de despacho nº 1753/2016:**

Designando Irlando Delgado Ramos para exercer, em regime de permanência a meio tempo, as funções de Vereador da Câmara Municipal do Porto Novo. .... 1588

**MUNICÍPIO DO SAL:****Câmara Municipal:****Extracto de deliberação nº 49/2016:**

Nomeando Georgiana Helena Silva de Oliveira e Sidney Jorge Lima para o quadro definitivo da Câmara Municipal do Sal, no cargo de técnico nível I. .... 1588

**Extracto de contrato nº 33/2016:**

Contratando Élio Pinto Lopes, Erikson Jorge Silva Ramos, Ivandro Ramos Medina e Nélida Marizia Oliveira Santos para exercerem os cargos de técnicos nível I, na Câmara Municipal do Sal. .... 1588

**MUNICÍPIO DO TARRAFAL DE SANTIAGO:****Câmara Municipal:****Extracto de deliberação nº 50/2016:**

Nomeando José Rui Monteiro Lopes para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Secretário Municipal da Câmara Municipal do Tarrafal de Santiago. .... 1589

**Extracto de despacho nº 1754/2016:**

Nomeando Adalberto Horta Mendes, técnico superior do quadro definitivo da Câmara Municipal do Tarrafal, para exercer em regime de substituição e por conveniência de serviço, o cargo de Secretário Municipal da Câmara do Tarrafal. .... 1589

**PARTE I I****ASSEMBLEIA NACIONAL:****Secretaria-Geral:****Rectificação nº 187/2016:**

Rectificando o anúncio do concurso publicado no *Boletim Oficial* nº 53, II Série, de 7 de Novembro de 2016, no que respeita à composição do Júri para o cargo de técnico parlamentar de 1ª classe. .... 1589

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:****Direcção Nacional da Administração Pública:****Anúncio de concurso nº 33/2016:**

Torna público o concurso para recrutamento de 1 (um) técnico nível I, com formação superior em Nutrição, para Fundação Cabo-verdiana de Ação Social Escolar FICASE. .... 1589

**Anúncio de concurso nº 34/2016:**

Torna público o concurso externo para recrutamento de 1 (um) técnico nível I, para Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica. .... 1589

**PARTE B****ASSEMBLEIA NACIONAL****Secretaria-Geral**

**Extracto de despacho nº 1717/2016** – De S. Exª o Presidente da Assembleia Nacional:

De 27 de Outubro de 2016:

Diva Rosana dos Reis Mendes, nomeada para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Secretária no Gabinete do Grupo Parlamentar do MPD, nos termos do artigo 8º e alínea *d*) do nº 1 do artigo 67º da Lei Orgânica da Assembleia Nacional, aprovada pela Lei nº 83/VII/2011, de 10 de Janeiro, conjugados com a alínea *d*)

do artigo 38º, o nº 1 e alínea *a*) do nº 2 do artigo 39º e artigo 45º da Lei nº 4/VI/2001, de 17 de Dezembro, com efeitos a partir de 10 de Outubro de 2016.

A despesa tem cabimento no código 02.01.01.01.01 do orçamento privativo da Assembleia Nacional.

**Extracto de despacho nº 1718/2016** – De S. Exª o Presidente da Assembleia Nacional:

De 9 de Novembro de 2016:

Hélia Andreia Oliveira Soares, licenciada em Direito, nomeada para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de secretária no Gabinete do Grupo Parlamentar do MPD, nos termos do artigo 8º e

alínea *d*) do nº 1 do artigo 67º da Lei Orgânica da Assembleia Nacional, aprovada pela Lei nº 83/VII/2011, de 10 de Janeiro, conjugados com a alínea *d*) do artigo 38º, o nº 1 e alínea *a*) do nº 2 do artigo 39º e nº 2 do artigo 45º da Lei nº 4/VI/2001, de 17 de Dezembro, com efeitos a partir de 10 de Outubro de 2016.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no código 02.01.01.01.01 do orçamento privativo da Assembleia Nacional.

#### Extracto de contrato de trabalho a termo certo nº 32/2016

De 26 de Outubro de 2016:

César Patrício Silva Santos Querido Varela, contratado para exercer o cargo de pessoal de apoio operacional nível II, ex-assistente administrativo, referência 6, escalão A, no Gabinete do Grupo Parlamentar do MPD, ao abrigo da alínea *d*) do nº 1 do artigo 67º da Lei Orgânica da Assembleia Nacional, aprovada pela Lei nº 83/VII/2011, de 10 de Janeiro, conjugado com alínea *e*) do artigo 38º, nº 1 do artigo 39º e nº 3 do artigo 45º da Lei nº 4/VI/2001, de 17 de Dezembro, nºs 1 e 3 do artigo 6º, alínea *a*) do nº 1 do artigo 62º e

alínea *a*) do nº 1 e nº 2 do artigo 63º do Decreto-Lei nº 9/2013, de 26 de Fevereiro, artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, e artigos 360º, 365º e 369º do Decreto-Legislativo nº 5/2007, de 16 Outubro, pelo período de 1 (um) ano, renovável, com efeitos 16 de Outubro de 2016.

A despesa tem cabimento no código 02.01.01.01.03 do orçamento privativo da Assembleia Nacional. – (Isento de Visto do Tribunal de Contas nos termos do artigo 39º da Lei nº 4/VI/2001, de 17 de Dezembro).

#### Comunicação nº 105/2016

Diva Rosana dos Reis Mendes, contratada para exercer o cargo de pessoal de apoio operacional nível II, ex-assistente administrativo, referência 6, escalão A, no Gabinete do Grupo Parlamentar do Movimento para a Democracia, é rescindido o referido contrato de trabalho a termo, com efeitos a partir de 10 de Outubro de 2016.

Secretaria-Geral da Assembleia Nacional, na Praia, aos 31 de Outubro de 2016. – A Secretária-Geral, *Marlene Brito Barreto Almeida Dias*

## PARTE C

### CHEFIA DO GOVERNO

#### Gabinete do Primeiro Ministro

**Despacho nº 79/2016**

**de 23 de Novembro**

A final da corrida dos 400 metros – T20, nos XV Jogos Paralímpicos de Verão, Rio’2016, projetou Cabo Verde para o quadro de países medalhados, nos Jogos Paralímpicos. Um feito inédito e memorável para o Desporto Cabo-verdiano, mas também, um momento que encheu de orgulho à Nação que, apesar das restrições a que está confinada, consegue medir forças com os adversários, mais diretos que, por vezes, possuem melhores condições de preparação e participação, nesses eventos desportivos.

A proeza foi conquistada pelo atleta, Gracelino Tavares Barbosa, acreditado, nesse evento, com deficiência intelectual, Atletismo Adaptado, T20 que, na final referida atrás, fez uma excelente exibição, empregando toda a sua força, energia e determinação para conseguir a marca de 48:55 segundos, cortando à meta, no 3º lugar, conquistando, desse modo, um lugar no pódio, valendo-lhe a medalha de bronze, com direito ao içar da nossa Bandeira, Símbolo máximo do país, pela primeira vez, perante olhares atentos de milhares de espetadores presentes no Estádio Nilton Santos e milhões de telespectadores espalhados pelo Mundo.

O paralímpico Gracelino Barbosa foi exemplo inequívoco de superação, demonstrou ao mundo, a sociedade e, muito em particular aos jovens cabo-verdianos e cabo-verdianos, através do desporto, aquilo que o povo cabo-verdiano traz na alma que, as deficiências, seja elas físicas, mentais ou intelectuais, poderão ser superadas quando houver vontade e oportunidade.

Esta forma de estar no desporto e, particularmente, na sociedade merece ser reconhecido e, deixando, em aberto, mais e melhores oportunidades para a gerações de desportistas vindouras, o caminho e o exemplo positivo a seguir.

Sendo assim, para o Governo constitui uma honra muito grande poder render, por este modo, esta justa homenagem ao atleta paralímpico Gracelino Barbosa, por tudo o que tem feito e conseguido para Cabo Verde, nas arenas desportivas onde tem desfilado e transmitido o exemplo de atleta completo dedicado, destemido e sensível aos desígnios de Cabo Verde.

Assim,

Tendo presente o disposto na alínea *g*) do artigo 2.º, alínea *c*) nº 1 do artigo 5.º e 10.º do Decreto-Lei nº 1/2005, de 10 de janeiro, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 61/2005, de 26 de setembro, DETERMINO o seguinte:

Artigo 1.º

#### Artigo único

É galardoado com o Terceiro Grau da Medalha de Mérito Desportivo o Atleta Gracelino Tavares Barbosa, pela participação e êxito alcançado nos XV Jogos Paralímpicos de Verão, Rio’2016.

Publique-se.

Gabinete do Primeiro-Ministro, na Praia, aos 23 de novembro de 2016. – O Primeiro-Ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*.

#### Despacho nº 80/2016

**de 23 de Novembro**

Para o orgulho da Nação, o título de Campeão do Mundo de Kitesurf, na categoria Wave & Strapless Freestyle, foi conquistada pelo Atleta Cabo-verdiano, Marciel Lopes Almeida, mais conhecido por Matchu, aquando da participação no circuito mundial da Global kit Sport GKA.

Filho de um surfista e nascido sob o amparo das águas cristalinas da bela baía de Santa Maria, a ligação natural com o oceano fez com que Matchu se lançasse ao mar à conquista dos seus sonhos de olhos postos no horizonte, onde o sol e o mar se tocam e os olhos não mais alcançam.

O sonho comanda a vida, diz-se, e Matchu é hoje maior exemplo disso, um filho dessas ilhas que conseguiu domar a força do mar e passeia o seu talento na crista da onda, sagrando-se hoje Campeão do Mundo de Kitesurf e cuja dedicação e perseverança fazem dele um farol de inspiração para muitos outros jovens cabo-verdianos.

Marco indelével da nossa história desportiva que, apesar das nossas condições soube representar condignamente o país, elevando a bandeira nacional com incomensuráveis vantagens para o país.

Imbuído de um grande espírito desportivo, demonstrou, força, determinação e vontade. Características nobres que, valorizam o desporto nacional e engradece, ainda mais, o curriculum que vem construindo com garra e perseverança.

Neste sentido, é de reconhecer o extraordinário papel do atleta que influencia e inspira os amantes deste desporto radical, deixando, em aberto, mais e melhores oportunidades para a geração de desportistas de qualquer modalidade.

Pelo exposto, constitui para o Governo uma honra muito grande poder homenagear e enaltecer, ao mais alto nível, o atleta Marciel Lopes Almeida, pela conquista mundial.

Assim,

Tendo presente o disposto na alínea *g*) do artigo 2.º, alínea *c*) n.º 1 do artigo 5.º e 10.º do Decreto-Lei n.º 1/2005, de 10 de janeiro, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 61/2005, de 26 de setembro, DETERMINO o seguinte:

Artigo 1.º

#### Artigo único

É galardoado com o Terceiro Grau da Medalha de Mérito Desportivo o Atleta Marciel Lopes Almeida pela participação, êxito e título alcançado, no circuito mundial da Global Kit Sports.

Publique-se.

Gabinete do Primeiro-Ministro, na Praia, aos 23 de novembro de 2016. – O Primeiro-Ministro, *José Ulisses de Pina Correia e Silva*.

## Direção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

### Comunicação n.º 106/2016

Comunica-se para os devidos efeitos, Iolanda Ledo de Pina, apoio operacional, nível I, do quadro de pessoal da Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão da Chefia do Governo, que se encontrava de licença sem vencimento até 90 (noventa) dias, retomou a efetividade do quadro com efeitos a partir do dia 29 de novembro de 2016.

Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão a Chefia do Governo, na Praia, ao 29 de novembro de 2016. – A Diretora Geral, *Maria Alice Lacerda da Costa*.

—oço—

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

## Direção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

### Rectificação n.º 184/2016

Por ter sido publicado de forma inexacta, no *Boletim Oficial* n.º 47/2016, II Série, de 26 de Setembro, sobre o comunicado de regresso ao quadro do Secretário de Finanças, Silvano Pires Amador, retifica-se:

Onde se lê:

Para os devidos efeitos, comunica-se que Silvano Pires Amador, Secretário de Finanças, referencia 8, escalão B, do quadro de pessoal da Direção Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, do Ministério das Finanças, que se encontrava em comissão ordinária de serviço desde 2 de Maio de 2012, conforme *Boletim Oficial* n.º 44, II Série de 28 de Junho de 2012, no cargo de Director Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão, do antigo Ministério da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos, apresentou-se ao serviço no dia 20 de Setembro de 2016.

Deve-se ler:

Para os devidos efeitos, comunica-se que Silvano Pires Amador, Secretário de Finanças, referencia 8, escalão B, do quadro de pessoal da Direção Nacional do Orçamento e da Contabilidade Pública, do Ministério das Finanças, que se encontrava em comissão ordinária de serviço desde 2 de Maio de 2012, conforme *Boletim Oficial* n.º 44, II Série de 28 de Junho de 2012, no cargo de Director Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão, do antigo Ministério da Juventude, Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos, regressou ao quadro de origem, no dia 9 de Julho de 2016.

Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão, do Ministério das Finanças, na Praia, aos 29 de Novembro de 2016. – A Directora Geral, *Jessica Sancha*

## Direção Nacional da Administração Pública

**Extracto de despacho n.º 1719/2016** – De S. Ex.ª o Director Nacional da Administração Pública por delegação de competências de S. Ex.ª o Ministro das Finanças:

De 5 de Setembro de 2016:

Maria de Fátima Mendes, apoio operacional nível I do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Santa Catarina – aposentada nos termos da alínea *b*) n.º 2 do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão provisória anual de 75.444\$00 (setenta e cinco mil quatrocentos e quarenta e quatro escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 14 anos e 3 meses de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 4 de Maio de 2016 do Presidente da Câmara Municipal, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 6 anos, 5 meses.

O montante em dívida no valor de 69.300\$00 (sessenta e nove mil e trezentos escudos), poderá ser amortizado em 120 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 637\$00 e as restantes de 577\$00.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 15 de Novembro de 2016).

**Extracto de despacho n.º 1720/2016** – De S. Ex.ª o Director Nacional da Administração Pública por delegação de competências de S. Ex.ª o Ministro das Finanças:

De 12 de Setembro de 2016:

Maria José Anes Gomes da Costa, apoio operacional nível I, da Câmara Municipal de Santa Catarina – desligada de serviço para efeitos de aposentação, nos termos da alínea *b*) do n.º 2, do artigo 5º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão anual de 178.668\$00 (cento e setenta e oito mil, seiscentos e sessenta e oito escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 33 anos e 9 meses de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Esta pensão será dividida proporcionalmente da seguinte forma:

Orçamento CMSC ..... 168.084\$00

Por despacho de 15 de Junho de 2016 do Presidente da Câmara Municipal, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 23 anos, 4 meses.

O montante em dívida no valor de 408.272\$00 (quatrocentos e oito mil duzentos e setenta e dois escudos), poderá ser amortizado em 350 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 1.338\$00 e as restantes de 1166\$00.

Orçamento CMT ..... 52.944\$00

(Visado pelo Tribunal de Contas em 17 de Novembro de 2016).

**Extracto de despacho n.º 1721/2016** – De S. Ex.ª o Director Nacional da Administração Pública por delegação de competências de S. Ex.ª o Ministro das Finanças:

De 10 de Outubro de 2016:

António Vaz Ribeiro, professor do ensino secundário nível II, referência 8, escalão C, do quadro de pessoal do Ministério da Educação – aposentado nos termos do artigo 5º, n.º 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com direito à pensão provisória anual de 881.268\$00 (oitocentos e oitenta e um mil duzentos e sessenta e oito escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37º do mesmo diploma, correspondente a 27 anos, 8 meses e 21 dias de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 28 de Março de 2007 do Director Nacional do Orçamento da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 15 anos, 7 meses e 8 dias.

O montante em dívida no valor de 536.825\$00 (quinhentos e trinta e seis mil oitocentos e vinte e cinco escudos), poderá ser amortizado em 200 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 2.709\$00 e as restantes de 2.684\$00.

**Extracto de despacho n.º 1722/2016** – De S. Ex.<sup>a</sup> o Director Nacional da Administração Pública por delegação de competências de S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro das Finanças:

De 10 de Outubro de 2016:

Apolinário João Pires, professor do ensino básico assistente nível II, referência 7, escalão F, do quadro de pessoal do Ministério da Educação – aposentado nos termos do artigo 5.º, n.º 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com direito à pensão provisória anual de 1.114.800\$00 (um milhão cento e catorze mil e oitocentos escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 16 de Setembro de 2016 do Director Nacional do Orçamento da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 11 anos, 5 meses.

O montante em dívida no valor de 98.145\$00 (noventa e oito mil cento e quarenta e cinco escudos), poderá ser amortizado em 23 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 3.787\$00 e as restantes de 4.289\$00.

**Extracto de despacho n.º 1723/2016** – De S. Ex.<sup>a</sup> o Director Nacional da Administração Pública por delegação de competências de S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro das Finanças:

De 10 de Outubro de 2016:

João da Cruz dos Reis Monteiro, professor do ensino secundário nível I, referência 9, escalão A, do quadro de pessoal do Ministério da Educação – aposentado nos termos do artigo 5.º, n.º 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com direito à pensão provisória anual de 944.136\$00 (novecentos e quarenta e quatro mil cento e trinta e seis escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

**Extracto de despacho n.º 1724/2016** – De S. Ex.<sup>a</sup> o Director Nacional da Administração Pública por delegação de competências de S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro das Finanças:

De 10 de Outubro de 2016:

Maria Ascensão Brito Soares, professora do ensino secundário assistente nível II, referência 8, escalão A, do quadro de pessoal do Ministério da Educação – aposentada nos termos do artigo 5.º, n.º 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com direito à pensão provisória anual de 298.860,00 (duzentos e noventa e oito mil oitocentos e sessenta escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.º do mesmo diploma, correspondente a 11 anos, 4 meses e 11 dias de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 7 de Julho de 2016 do Director Nacional do Orçamento da Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 20 anos, 6 meses e 14 dias.

O montante em dívida no valor de 822.108\$00 (oitocentos e vinte e dois mil cento e oito escudos), poderá ser amortizado em 195 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira de 3.622\$00 e as restantes de 4.219\$00.

**Extracto de despacho n.º 1725/2016** – De S. Ex.<sup>a</sup> o Director Nacional da Administração Pública por delegação de competências de S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro das Finanças:

De 11 de Outubro de 2016:

Isabel Delgado Freitas Rodrigues, professor do ensino básico nível III, referência 8, escalão D, do quadro de pessoal do Ministério da

Educação – aposentada nos termos do artigo 5.º, n.º 3, do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, conjugado com o artigo 81.º do Decreto-Legislativo n.º 2/2004, de 29 de Março, com direito à pensão provisória anual de 1.288.620\$00 (um milhão duzentos e oitenta e oito mil seiscentos e vinte escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.º do mesmo diploma, correspondente a 32 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 3 de Novembro de 2016).

As despesas têm cabimento no Capítulo, 35.20, Divisão 04, Código 02.07.01.01.01 do orçamento vigente.

#### Rectificação n.º 185/2016

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* n.º 54 de 11 de Novembro de 2016, o extracto de despacho do Director Nacional da Administração Pública por delegação de competências do Ministro das Finanças ao abrigo da Lei n.º 61/III/89 de 30 de Dezembro, respeitante a aposentação de Emiliana Jesus Monteiro, apoio operacional, novamente se publica:

**Extracto de despacho n.º 1623/2016** – De S. Ex.<sup>a</sup> o Director Nacional da Administração Pública por delegação de competências de S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro das Finanças:

De 13 de Setembro de 2016:

Emiliana Jesus Monteiro, apoio operacional nível I do quadro de pessoal da Câmara Municipal da Praia – aposentada nos termos da alínea b), n.º 2, do artigo 5.º do Estatuto de Aposentação e da Pensão de Sobrevivência, aprovado pela Lei n.º 61/III/89, de 30 de Dezembro, com direito à pensão provisória anual de 180.000\$00 (cento oitenta mil escudos), sujeita à rectificação, calculada de conformidade com o artigo 37.º do mesmo diploma, correspondente a 34 anos de serviço prestado ao Estado, incluindo os aumentos legais.

Por despacho de 7 de Abril de 2016 do Director Nacional de Orçamento e Contabilidade Pública, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 16 anos e 3 meses.

O montante em dívida no valor de 175.500\$00 (cento e setenta e cinco mil e quinhentos escudos), poderá ser amortizado em 196 prestações mensais e consecutivas sendo a primeira prestação no valor de 975\$00 e as restantes no valor de 895\$00.

A despesa tem cabimento no Capítulo, 35.20, Divisão 04, Código 02.07.01.01.01 do orçamento vigente.

Por despacho de 20 de Julho de 2016 do Presidente da Câmara Municipal, foi deferido o pedido de pagamento de quotas em atraso para compensação de aposentação, referente ao período de 11 anos, 9 meses e 3 dias.

O montante em dívida no valor de 118.299\$00 (cento e dezoito mil, duzentos e noventa e nove escudos), poderá ser amortizado em 300 prestações mensais e consecutivas, sendo a primeira no valor de 493\$00 e os restantes no valor de 394\$00.

A despesa tem cabimento na rubrica 03.13.30 - Pensão e Aposentação do Orçamento Vigente da Câmara Municipal da Praia.

(Visado pelo Tribunal de Contas em 18 de Outubro de 2016).

Esta pensão será dividida proporcionalmente da seguinte forma:

Orçamento Geral do Estado.....	9.265\$00
Orçamento Municipal.....	5.735\$00

Direcção Nacional da Administração Pública, na Praia, aos 24 de Novembro de 2016. – O Director Nacional, *Guevara da Cruz*.

MINISTÉRIO  
DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Direcção Nacional da Polícia Nacional

**Notificação nº 29/2016**

Nos termos do artigo 83º do Regulamento Disciplinar da Polícia Nacional em vigor, aprovado pelo Decreto-legislativo nº 9/2010, e 28 de Setembro, fica notificado o agente de 1ª classe da Polícia Nacional, Pedro Cardoso Fernandes, efetivo desta Unidade Policial, ausente em parte incerta dos USA, de que lhe foi instaurado um processo disciplinar por abandono de lugar e que lhe é concedido, de acordo com o artigo 95º do Regulamento Disciplinar do Pessoal Policial da Polícia Nacional, o prazo de 45 (quarenta e cinco dias), a partir da sua primeira publicação no *Boletim Oficial* ou em dois dos jornais de maior circulação no país, para caso querendo, apresentar a sua defesa escrita no prazo acima mencionado.

Mais se avisa que o referido processo encontra-se nesta esquadra, onde poderá ser consultado e quando concluído será enviado a entidade competente.

Esquadra Policial da Brava, aos 14 de setembro de 2016. – O Instrutor,  
*Agnelo Andrade Gonçalves*

**Notificação nº 30/2016**

Nos termos do nº 5 do artigo 83º coadjuvado com o nº 5 do artigo 95º, todos do Regulamento Disciplinar da Polícia Nacional em vigor, aprovado pelo Decreto-legislativo nº 9/2010, de 28 de Setembro, fica notificado o agente da segunda classe da Polícia Nacional, Adnilson Monteiro Barbosa, efetivo da Esquadra Policial de São Filipe, do Comando Regional do Fogo, ausente em parte incerta no estrangeiro, de que lhe foi instaurado um processo disciplinar por abandono de lugar e que é concebido o prazo de (45) quarenta e cinco dias a partir da sua primeira publicação no *Boletim Oficial*, ou em dois jornais de maior circulação no país, para caso querendo, apresentar a sua defesa escrita.

Mas se avisa que o referido processo se encontra na Esquadra Policial de São Filipe-Fogo, onde poderá ser consultado dentro do horário normal de expediente.

Esquadra Policial de São Filipe, aos 14 de Novembro do ano de 2016. – O Instrutor, *Francisco Ilídio Barbosa Soares*.

**Notificação nº 31/2016**

Nos termos do nº 5 do artigo 83º coadjuvado com o nº 5 do artigo 95º, todos do Regulamento Disciplinar da Polícia Nacional em vigor, aprovado pelo Decreto-legislativo nº 9/2010 de 28 de Setembro, fica notificado o agente da primeira classe da Polícia Nacional, Manuel Silvério Alves Lopes Nunes, efetivo da Esquadra Policial dos Mosteiros, do Comando Regional do Fogo, ausente em parte incerta no estrangeiro, de que lhe foi instaurado um processo disciplinar por abandono de lugar e que é concebido o prazo de (45) quarenta e cinco dias a partir da sua primeira publicação no *Boletim Oficial*, ou em dois jornais de maior circulação no país, para caso querendo, apresentar a sua defesa escrita.

Mas se avisa que o referido processo se encontra na Esquadra Policial de São Filipe-Fogo, onde poderá ser consultado dentro do horário normal de expediente.

Esquadra Policial de São Filipe, aos 16 de Novembro do ano de 2016. – O Instrutor, *Francisco Ilídio Barbosa Soares*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E TRABALHO

Direcção Nacional da Polícia Judiciária

**Extracto de despacho nº 1726/2016** – De S. Exª o Director Nacional da Polícia Judiciária:

De 20 de Junho de 2016:

É concedida licença sem vencimento por um período de 90 (noventa dias) a Anyka Suzana Alfama Gomes da Costa, segurança nível I, nos termos do artigo 46º, nº 1 do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, com efeitos a partir do primeiro dia do mês de Agosto de 2016.

**Extracto de despacho nº 1727/2016** – De S. Exª a Ministra da Justiça e Trabalho:

De 6 de Outubro de 2016:

É nomeado ao abrigo do disposto no número 1 do artigo 29.º e 32.º do Decreto-legislativo nº 2/2008, de 18 de Agosto, Natal Eugénio Silva Bans de Portela e Prado, Coordenador de Investigação Criminal, para em comissão de serviço, exercer o cargo de Diretor do Departamento de Informação Criminal, Polícia Técnica e apoio Tecnológicos, em acumulação com o Departamento de Apoio à Investigação Criminal, com efeitos a partir de 2 de Novembro de 2016.

**Extracto de despacho nº 1728/2016** – De S. Exª a Ministra da Justiça e Trabalho:

De 19 de Outubro de 2016:

É nomeada nos termos do artigo 64º do Decreto-legislativo nº 1/2008, de 18 de Agosto, Natalino Semedo Correia, licenciado em direito e Coordenador de Investigação Criminal, para em comissão ordinária de serviço exercer o cargo de Diretor do Departamento de Investigação Criminal do Sal, com efeitos a partir do primeiro dia de Novembro de 2016.

O encargo resultante da nomeação tem dotação orçamental na rubrica 03.01.01.02 – Despesa com Pessoal da Polícia Judiciária.

**Extracto de despacho nº 1729/2016** – De S. Exª o Director Nacional da Polícia Judiciária:

De 3 de Novembro de 2016:

É concedida licença sem vencimento por um período de 90 (noventa dias) a Dionísia Simone Lima Martins, Inspectora de nível II, nos termos do artigo 46º, nº 1 do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, com efeitos a partir de 19 de Outubro de 2016.

Departamento dos Recursos Humanos Financeiro e Patrimonial da Polícia Judiciária, na Praia, aos 21 de Novembro de 2016. – A Directora Departamento, *Maria de Fátima de Pina Barros*.

—oço—

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Serviço de Gestão de Recursos Humanos

**Extracto de despacho nº 1730/2016** – de S. Exª a Ministra da Educação:

De 21 de Julho de 2016:

António Andrade Gonçalves, professor do ensino secundário, nível I, licenciado em geografia – ramo ensino, em exercício de funções na Escola Secundária Cova Figueira, nomeado, sob proposta do Coordenador da Delegação do Ministério da Educação no Concelho de Santa Catarina do Fogo, para exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de Diretor da referida Escola, nos termos do disposto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2016.

**Extrato de despacho nº 1731/2016** – de S. Ex<sup>a</sup> a Ministra da Educação:

De 27 de Julho de 2016:

Emanuel Leonor Correia Barbosa, professor do ensino secundário, nível I, licenciado em biologia – ramo ensino, nomeado, sob proposta da Delegada do Ministério da Educação no Concelho de São Filipe, para exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de Diretor da Escola Secundária Dr. Teixeira de Sousa, nos termos do disposto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2016.

Nilza Luísa da Cruz Chantre, professora do ensino secundário, nível I, em exercício de funções na Escola Secundária José Augusto Pinto, nomeada, sob proposta da Delegada do Ministério da Educação no Concelho de São Vicente, para exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de Diretora da referida Escola, nos termos do disposto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2016.

Salvadora Lopes Fernandes Moreira, professora do ensino secundário, nível I, licenciada em filosofia e pós-graduada em ética e filosofia política, nomeada, sob proposta do Delegado do Ministério da Educação no Concelho de Santa Cruz, para exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de Diretora da Escola Secundária Alfredo da Cruz Silva, nos termos do disposto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2016.

Ostelino Gomes Tavares, professor do ensino secundário, nível I, em exercício de funções na Escola Secundária Olegário Tavares “São Miguel”, nomeado, sob proposta do Delegado do Ministério da Educação no Concelho de São Miguel, para exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de Diretor da referida Escola, nos termos do disposto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2016.

Sara Maria de Brito Gomes Rosário Brito, professora do ensino secundário, nível I, em exercício de funções na Escola Secundária Pedro Cursino Azevedo “Tarrafal de São Nicolau”, nomeada, sob proposta da Coordenadora da Delegação do Ministério da Educação no Concelho de Tarrafal São Nicolau, para exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de Diretora da referida Escola, nos termos do disposto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2016.

**Extrato de despacho nº 1732/2016** – de S. Ex<sup>a</sup> a Ministra da Educação:

De 29 de Julho de 2016:

José Augusto Pereira Fernandes, professor do ensino secundário, nível III, quadro de pessoal do Liceu Domingos Ramos, nomeado, sob proposta do Delegado do Ministério da Educação no Concelho da Praia, para exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de Diretor do referido Liceu, nos termos do disposto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2016.

Maria de Fátima Silva Gonçalves, professora do ensino secundário, nível II, quadro de pessoal da Escola Secundária de São Miguel, nomeada, sob proposta do Delegado do Ministério da Educação no Concelho de São Miguel, para exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de Diretora da referida Escola, nos termos do disposto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2016.

Cecílio Semedo Cabral, professor do ensino secundário, nível I, licenciado em matemática, nomeado, sob proposta do Delegado do Ministério da Educação no Concelho da Praia, para exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de Diretor da Escola Secundária Pedro Gomes, nos termos do disposto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2016.

Avelino Monteiro Varela, professor do ensino secundário, nível II, quadro de pessoal da Escola Secundária Cônego Jacinto Peregrino da Costa, nomeado, sob proposta do Delegado do Ministério da Educação no Concelho da Praia, para exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de Diretor da referida Escola, nos termos do disposto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2016.

**Extrato de despacho nº 1733/2016** – de S. Ex<sup>a</sup> a Ministra da Educação:

De 1 de Agosto de 2016:

Gilda Maria da Cruz Fortes, professora do ensino secundário, nível I, em exercício de funções na Escola Industrial e Comercial do Mindelo “Guilherme Dias Chantre”, nomeada, sob proposta da Delegada do Ministério da Educação no Concelho de São Vicente, para exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de Diretora da Escola Secundária Jorge Barbosa, nos termos do disposto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2016.

**Extrato de despacho 1734/2016** – de S. Ex<sup>a</sup> a Ministra da Educação:

De 9 de Agosto de 2016:

Marcos Semedo Costa, professor do ensino secundário, nível II, licenciado em filosofia, nomeado, sob proposta do Delegado do Ministério da Educação no Concelho da Praia, para exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de Diretor da Escola Secundária Manuel Lopes, nos termos do disposto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2016.

Eloisa Maria Lima Melo, professora do ensino secundário assistente, nível I, quadro de pessoal da Escola Secundária da Boa Vista, nomeada, sob proposta da Delegada do Ministério da Educação no Concelho da Boa Vista, para exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de Diretora da referida Escola, nos termos do disposto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2016.

Lucialina da Cruz Lima Alfama, professora do ensino secundário, nível II, quadro de pessoal do Complexo Educativo de Santa Maria, nomeada, sob proposta da Delegada do Ministério da Educação no Concelho do Sal, para exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de Diretora do referido Complexo Educativo, nos termos do disposto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2016.

Maria Luísa Duarte Gomes da Graça, professora do ensino secundário assistente, nível II, quadro de pessoal da Escola Secundária Olavo Moniz, nomeada, sob proposta da Delegada do Ministério da Educação no Concelho do Sal, para exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de Diretora da referida Escola, nos termos do disposto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2016.

Maria de Fátima Monteiro Duarte, professora do ensino secundário assistente, nível II, quadro de pessoal da Escola Secundária Januário Leite, nomeada, sob proposta da Delegada do Ministério da Educação no Concelho do Paul, para exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de Diretora da referida Escola, nos termos do disposto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2016.

Ângela Maria Martins Varela, professora do ensino secundário, nível II, quadro de pessoal da Escola Secundária Abílio Duarte, nomeada, sob proposta do Delegado do Ministério da Educação no Concelho da Praia, para exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de Diretora da referida Escola, nos termos do disposto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2016.

Adilson de Jesus Tavares Semedo, professor do ensino secundário, nível I, quadro de pessoal da Escola Secundária Carlos Alberto Gonçalves, nomeado, sob proposta da Coordenadora da Delegação do Ministério da Educação no Concelho de São Salvador do Mundo, para exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de Diretor da referida Escola, nos termos do disposto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2016.

José Pedro dos Santos Dias, professor do ensino secundário, nível I, quadro de pessoal da Escola Secundária Jorge Barbosa, nomeado, sob proposta da Delegada do Ministério da Educação no Concelho de São Vicente, para exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de Diretor da Escola Industrial e Comercial do Mindelo “Guilherme Dias Chantre”, nos termos do disposto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2016.

Arlindo Mendes Pereira, professor do ensino secundário, nível II, quadro de pessoal da Escola Técnica Grão Duque Henri, nomeado, sob proposta do Delegado do Ministério da Educação no Concelho de Santa Catarina de Santiago, para exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de Diretor da referida Escola, nos termos do disposto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2016.

Sandra Helena Brito Querido, professora do ensino secundário, nível I, quadro de pessoal da Escola Secundária Pedro Gomes, nomeada, sob proposta do Delegado do Ministério da Educação no Concelho da Praia, para exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de Diretora da Escola Secundária Achada Grande, nos termos do disposto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2016.

João Evangelista Garcia Andrade, professor do ensino secundário, nível II, quadro de pessoal da Escola Secundária Manuel Lopes, nomeado, sob proposta do Delegado do Ministério da Educação no Concelho da Praia, para exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de Diretor da Escola Secundária Regina Silva, nos termos do disposto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2016.

António Costa, professor do ensino secundário, nível I, quadro de pessoal da Escola Secundária Chão Bom, nomeado, sob proposta da Delegada do Ministério da Educação no Concelho do Tarrafal de Santiago, para exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de Diretor da referida Escola, nos termos do disposto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2016.

Maria Madalena dos Santos Rodrigues, professora do ensino secundário, nível II, quadro de pessoal da Escola Secundária Constantino Semedo, nomeada, sob proposta do Delegado do Ministério da Educação no Concelho da Praia, para exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de Diretora da referida Escola Secundária, nos termos do disposto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2016.

José Fidélido Cardoso Monteiro Andrade, professor do ensino secundário, nível I, quadro de pessoal da Escola Secundária Pedro Verona Pires, nomeado, sob proposta da Delegada do Ministério da Educação no Concelho de São Filipe, para exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de Diretor da referida Escola, nos termos do disposto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2016.

David Páscoal Barbosa Fernandes, professor do ensino secundário, nível I, quadro de pessoal da Escola Secundária Eugénio Tavares, nomeado, sob proposta do Delegado do Ministério da Educação no Concelho da Brava, para exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de Diretor da referida Escola, nos termos do disposto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2016.

Gerson Amaral Gonçalves, professor do ensino secundário, nível I, em exercício de funções na Escola Secundária dos Mosteiros, nomeado, sob proposta do Delegado do Ministério da Educação do Concelho dos Mosteiros, para exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de Diretor da referida Escola, nos termos do disposto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2016.

Manuel do Rosário Moreira Tavares, professor do ensino secundário, nível I, quadro de pessoal do Liceu Amílcar Cabral, nomeado, sob proposta do Delegado do Ministério da Educação no Concelho de Santa Catarina de Santiago, para exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de Diretor do referido Liceu, nos termos do disposto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2016.

Dany Zilena Mendes Landim, professora do ensino secundário assistente, nível II, quadro de pessoal da Escola Secundária do Tarrafal de Santiago, nomeada, sob proposta da Delegada do Ministério da Educação no Concelho do Tarrafal de Santiago, para exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de Diretora da referida Escola, nos termos do disposto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2016.

Iluzia Monteiro Santos Neves, professora do ensino secundário, nível I, quadro de pessoal da Escola Secundária Horace Silver, nomeada,

sob proposta da Delegada do Ministério da Educação no Concelho do Maio, para exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de Diretora da referida Escola, nos termos do disposto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2016.

Antonito de Jesus Mendes Furtado, professor do ensino secundário, nível I, quadro de pessoal da Escola Secundária Napoleão Fernandes, nomeado, sob proposta do Delegado do Ministério da Educação no Concelho de Santa Catarina de Santiago, para exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de Diretora da referida Escola, nos termos do disposto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2016.

José Cândido Delgado, professor do ensino secundário, nível III, nomeado para exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de Diretor do Liceu Ludgero Lima, conforme publicação feita no *Boletim Oficial*, n.º 66, II Série, de 4 de Novembro de 2014, reconduzido no respetivo cargo, sob proposta da Delegada do Ministério da Educação no Concelho de São Vicente, nos termos do disposto no artigo 29º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2016.

---

**Extrato de despacho nº 1735/2016** – de S. Exª a Ministra da Educação:

De 10 de Agosto de 2016:

Ernestina Pereira Rocha, licenciada em geografia, nomeada, sob proposta do Coordenador da Delegação do Ministério da Educação no Concelho da Ribeira Grande de Santiago, para exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de Diretora da Escola Secundária do Salineiro, nos termos do disposto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2016.

Silvino Manuel dos Santos, professor do ensino secundário, nível I, quadro de pessoal da Escola Secundária Fulgêncio Tavares, nomeado, sob proposta do Delegado do Ministério da Educação no Concelho de São Domingos, para exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de Diretor da referida Escola, nos termos do disposto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2016.

---

**Extrato de despacho nº 1736/2016** – de S. Exª a Ministra da Educação:

De 12 de Agosto de 2016:

Oceano Artur da Luz, professor do ensino secundário, nível I, quadro de pessoal da Escola Secundária António Silva Pinto, nomeado, sob proposta da Delegada do Ministério da Educação no Concelho do Porto Novo, para exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de Diretor da Escola Técnica João Varela, nos termos do disposto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2016.

---

**Extrato de despacho nº 1737/2016** – de S. Exª a Ministra da Educação:

De 22 de Agosto de 2016:

Elisângela Maria Delgado Santos, professora do ensino secundário, nível I, quadro de pessoal da Escola Secundária António Silva Pinto, nomeada, sob proposta da Delegada do Ministério da Educação no Concelho do Porto Novo, para exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de Diretora da referida Escola, nos termos do disposto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2016.

Mateus Domingos Monteiro, professor do ensino secundário, nível II, quadro de pessoal da Escola Secundária Baltazar Lopes da Silva, nomeado, sob proposta do Delegado do Ministério da Educação no Concelho de São Nicolau, para exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de Diretor da referida Escola, nos termos do disposto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2016.

**Extrato de despacho nº 1738/2016** – de S. Ex<sup>a</sup> a Ministra da Educação:

De 26 de Agosto de 2016:

José Casimiro dos Santos Fonseca, licenciado em estudos cabo-verdianos e portugueses - ramo ensino, em exercício de funções da Escola Secundária Luciano Garcia, nomeado, sob proposta do Coordenador da Delegação do Ministério da Educação no Concelho de São Lourenço dos Órgãos, para exercer em comissão ordinária de serviço o cargo de Diretor da referida Escola, nos termos do disposto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2016.

**Extrato de despacho nº 1739/2016** – de S. Ex<sup>a</sup> a Ministra da Educação:

De 22 de Novembro de 2016:

Dulcelina Mendes, professora do ensino básico assistente, nível I, quadro de pessoal da Delegação do ME do Concelho de São Domingos, concedida licença sem vencimento por um período de 1 (um) ano, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 2016, nos termos dos artigos 48º e 49º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto legislativo n.º 69/2015, de 12 de Dezembro.

**Extrato de despacho nº 1740/2016** – de S. Ex<sup>a</sup> a Ministra da Educação:

De 23 de Novembro de 2016:

Odília Maria de Brito Lopes, professora do ensino secundário, nível I, quadro do pessoal de Delegação do ME do Concelho da Praia, na situação de licença sem vencimento, desde 2 de Janeiro de 2015, prorrogada a referida licença por um período de um ano, com efeitos a partir de 2 de Janeiro de 2017, nos termos dos artigos 48º e 49º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto-legislativo n.º 69/2015, de 12 de Dezembro.

Maria Etelvina Gonçalves Nogueira dos Santos, professora do ensino secundário, nível I, quadro de pessoal do Liceu Domingos Ramos, na situação de licença sem vencimento, desde 30 de Novembro de 2013, prorrogada a referida licença por um período de longa duração, com efeitos a partir de 30 de Novembro de 2016, nos termos dos artigos 50º e 52º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto-legislativo n.º 69/2015, de 12 de Dezembro.

Valdemar de Barros Baptista Alves, professor do ensino básico assistente, nível I, quadro de pessoal da Delegação do ME do Concelho dos Mosteiros, na situação de licença sem vencimento, desde 1 de Dezembro de 2015, prorrogada a referida licença por um período de um ano, com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2016, nos termos dos artigos 48º e 49º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto-legislativo n.º 69/2015, de 12 de Dezembro.

José Luís Correia Semedo, professor do ensino básico assistente, nível I, quadro de pessoal da Delegação do ME do Concelho da Praia, na situação de licença sem vencimento de curta duração, desde 1 de Setembro de 2016, prorrogada a referida licença por um período de um ano, com efeitos a partir de 1 de Dezembro de 2016, nos termos dos artigos 48º e 49º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, conjugado com o n.º 1 do artigo 64º do Decreto-legislativo n.º 69/2015, de 12 de Dezembro.

Adilson Alberto Gonçalves de Pina, professor do ensino secundário assistente, nível II, afeto à Escola Secundária Alfredo da Cruz Silva, concedida suspensão de contrato de trabalho, para, em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo de Secretário da Mesa da Assembleia Municipal de Santa Cruz, nos termos do artigo 196º do Código Laboral aprovado pelo Decreto-Legislativo nº 5/2007, de 16 de Outubro, cargo que vinha desempenhado em regime do tempo inteiro desde o mandato anterior.

**Extrato de despacho nº 1741/2016** – de S. Ex<sup>a</sup> a Ministra da Educação:

De 25 de Novembro de 2016:

Nos termos do artigo 9º do Decreto-Lei nº 54/2009, de 7 de Dezembro, são destacados para o Instituto Universitário de Educação os professores abaixo indicados:

Nº	Nome	Cargo/Nível	Escola/Delegação
1	Agostinho Jorge Tavares Monteiro	PES Ass. II	ETGDH
2	António Carlos Tavares Lopes	PES III	ETGDH
3	Arlindo Tavares Semedo da Veiga	PES III	ES C. A. Gonçalves
4	Eduardo Adilson Camilo Pereira	PES III	ES C. Jacinto
5	Filomeno Gonçalves Semedo	PES II	ES C. Semedo
6	Simão Paulo Rodrigues Varela	PES III	Alfredo .C. Silva

**Comunicação nº 107/2016**

Por decisão da Junta de Saúde de Barlavento, Nair Spencer Duarte dos Santos, professora do ensino básico, nível III, quadro da Delegação do ME do Concelho de São Vicente, se encontra definitivamente incapacitado para o exercício de qualquer atividade profissional.

**Comunicação nº 108/2016**

Por decisão da Junta de Saúde de Sotavento, Rosa Olívia Pinheiro Monteiro do Rosário, Professora do Ensino Básico Assistente, Nível I, quadro da Delegação do ME do Concelho da Praia, se encontra definitivamente incapacitado para o exercício da atividade profissional.

**Rectificação nº 186/2016**

Por ter sido publicado de forma inexacta na *Boletim Oficial* nº 41, de 17 de Agosto de 2016, referente a nomeação em comissão ordinária de serviço, de novo se publica na parte que interessa:

Onde se lê:

Austelino Fernandes Lopes Tavares, professor do ensino secundário, nível III, mestre em educação especial, quadro da Escola Secundária de São Miguel, nomeado, por urgente conveniência de serviço, para em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo do Delegado do Ministério da Educação do Concelho de São Miguel, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 31 do Decreto-Lei nº 24/2013, de 24 de Junho, conjugado com o disposto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro.

Deve ler-se:

Austelino Fernandes Lopes Tavares, professor do ensino secundário, nível III, mestre em educação especial, quadro da Escola Secundária de São Miguel, nomeado, por urgente conveniência de serviço, para em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo do Delegado do Ministério da Educação do Concelho de São Miguel, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 31 do Decreto-Lei nº 24/2013, de 24 de Junho, conjugado com o disposto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2016.

Onde se lê:

Felizmina do Carmo Santos dos Reis, licenciada em educação e mestre em educação e avaliação, nomeada, por urgente conveniência de serviço, para em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo da Delegada do Ministério da Educação do Concelho do Porto Novo, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 31 do Decreto-Lei nº 24/2013, de 24 de Junho, conjugado com o disposto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro.

Deve ler-se:

Felizmina do Carmo Santos dos Reis, licenciada em educação e mestre em educação e avaliação, nomeada, por urgente conveniência de serviço, para em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo da Delegada do Ministério da Educação do Concelho do Porto Novo, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 31 do Decreto-Lei nº 24/2013, de 24 de Junho, conjugado com o disposto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2016.

Onde se lê:

Lineth do Carmo Rodrigues da Cruz, licenciada em ciências da educação, nomeada, em regime de substituição e por urgente conveniência de serviço, para em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo da Delegada do Ministério da Educação do Concelho do Paul, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 31 do Decreto-Lei n.º 24/2013, de 24 de Junho, conjugado com o disposto no artigo 9º do Decreto-Lei n.º 59/2014, de 4 de Novembro.

Deve ler-se:

Lineth do Carmo Rodrigues da Cruz, licenciada em ciências da educação, nomeada, em regime de substituição e por urgente conveniência de serviço, para em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo da Delegada do Ministério da Educação do Concelho do Paul, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 31 do Decreto-Lei n.º 24/2013, de 24 de Junho, conjugado com o disposto no artigo 9º do Decreto-Lei n.º 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2016.

Onde se lê:

Maria Helena Fernandes Andrade, professora do ensino secundário assistente, nível I, licenciada em ciências políticas, nomeada, em regime de substituição e por urgente conveniência de serviço, para em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo da Delegada do Ministério da Educação do Concelho de São Vicente, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 31 do Decreto-Lei n.º 24/2013, de 24 de Junho, conjugado com o disposto no artigo 9º do Decreto-Lei n.º 59/2014, de 4 de Novembro.

Deve ler-se:

Maria Helena Fernandes Andrade, professora do ensino secundário assistente, nível I, licenciada em ciências políticas, nomeada, em regime de substituição e por urgente conveniência de serviço, para em comissão ordinária de serviço, exercer o cargo da Delegada do Ministério da Educação do Concelho de São Vicente, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 31 do Decreto-Lei n.º 24/2013, de 24 de Junho, conjugado com o disposto no artigo 9º do Decreto-Lei n.º 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2016.

Serviço de Gestão de Recursos Humanos do Ministério da Educação, na Praia, aos 29 de Novembro de 2016. – A Diretora, *Alcídia Elisângela Dias de Almeida*.

o

## MINISTÉRIO DA FAMÍLIA E INCLUSÃO SOCIAL

### Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

**Extracto de despacho nº 1742/2016** – De S. Exª a Ministra da Família e Inclusão Social:

De 20 de Outubro de 2016:

Rito Manuel Fortes Faria Gomes, monitor de infância nível I, quadro da Direcção Geral de Inclusão Social do Ministério da Família e Inclusão Social, foi concedida licença sem vencimento de até três anos, ao abrigo do n.º 1 do artigo 48º do Decreto-Lei n.º 3/2010, de 8 de Março, com efeitos a partir de 2 de Novembro de 2016.

**Extracto de despacho nº 1743/2016** – De S. Exª a Ministra da Família e Inclusão Social:

De 28 de Outubro de 2016:

Mário Abílio Almeida Cardoso dos Santos Marques, licenciado em ciências sociais, é contratado nos termos previstos na alínea c) do n.º 3, dos artigos 4º e 23º, do estatuto do pessoal dirigente, Decreto-Lei n.º 59/2014, de 4 de novembro, para mediante contrato de gestão, exercer o cargo de Diretor Geral de Planeamento, Orçamento e Gestão, do Ministério da Família e Inclusão Social, com efeitos a partir de 1 de outubro de 2016.

Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Família e Inclusão Social, na Praia, aos 25 de Novembro de 2016. – O Diretor Geral, *Mário Marques*.

## MINISTÉRIO DA SAÚDE E DA SEGURANÇA SOCIAL

### Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

**Extracto de despacho nº 1744/2016** – De S. Exª o Ministro da Saúde e da Segurança Social:

De 19 de Julho de 2016:

Nomeados provisoriamente no quadro de pessoal do Ministério da Saúde e da Segurança Social, os técnicos abaixo indicados, aprovados no concurso, para desempenhar o cargo de técnico nível I, ao abrigo do disposto no artigo 13º, da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 36º e do n.º 1 do artigo 37º, ambos do Decreto-Lei n.º 9/2013, de 26 de Fevereiro.

Nº	Funcionários	Área
1	Doris Patricial Veiga Pina	Farmácia
2	Fabricia Silva d'Encarnação	Farmácia
3	Enady Claudia Monteiro Fernandes	Farmácia
4	Evelise Amado Batista	Fisioterapia
5	Sueli Alida Ramos Andrade	Fisioterapia
6	Nédia Patrícia Oliveira Santos	Fisioterapia
7	Aurea Maisa Rodrigues Fernandes	Nutrição
8	Sara Maria Lima Lopes	Nutrição
9	Fernanda Maria Azancoth	Nutrição
10	Solange Helena Monteiro Martins	Nutrição
11	Edson Janilson G. Barbosa Vicente	Gestão Financeira
12	Edna da Cruz Fernandes	GRH
13	Suely Simone G. P. A. S. de Carvalho	Serviço Social
14	Dulcelina Dias Semedo	Serviço Social
15	Ibraltino Dias Delgado	Serviço Social
16	Eurides de Jesus Garcia Gonçalves	Serviço Social
17	Celestino Jorge Fortes Moreno	Serviço Social
18	Aldina Lopes Landim	Traumatologia
19	Glenda Dalcidia Nunes Garcia	Cardiopneumologia
20	Janett Maria F.S. Fernandes	Fonoaudiologia
21	Aleida Emanuela Moniz Tavares	Fonoaudiologia
22	Christie Barros Brigham Wahnnon	Psicologia Clínica
23	Denise Oliveira Centeio	Psicologia Clínica
24	Joana Batista Ribeiro	Psicologia Clínica
25	Sandra Maria C. Fernandes	Psicologia Clínica

(Visados pelo Tribunal de Contas no dia 25 de Novembro de 2016).

**Extracto de despacho nº 1745/2016** – De S. Exª o Ministro da Saúde e da Segurança Social:

De 28 de Outubro de 2016:

Carla Sofia Delgado Araújo, apoio operacional nível III, do quadro de pessoal da Direcção Geral de Planeamento Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde, reconvertida para assistente técnico nível VIII, nos termos do n.º 9 do artigo 64º do Decreto-Lei n.º 9/2013, de 26 de Fevereiro, uma vez concluído o curso de bio diagnóstico nível V.

As despesas têm cabimento na verba inscrita na rubrica – 02.01.01.03.06 – Promoções – Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão – Ministério da Saúde. – (Visado pelo Tribunal de Contas no dia 15 de Novembro de 2016).

**Extracto de despacho nº 1746/2016** – De S. Exª o Ministro da Saúde e da Segurança Social:

De 28 de Outubro de 2016:

Ângela Maria Medina Silvestre, técnica nível II, do quadro da Direcção Geral do Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde e Segurança Social, em serviço nos Serviços Centrais do Ministério da Saúde, Direcção Geral de Farmácia, Cidade da Praia Ilha de Santiago, destacada para exercer as suas funções no Hospital “Dr. Agostinho Neto”, Cidade da Praia, Ilha de Santiago a partir de 7 de Novembro, ao abrigo do disposto no n.º 1 e seguintes do artigo 9º de decreto-Lei n.º 54/2009, de 7 de Dezembro.

**Extracto de despacho nº 1747/2016** – De S. Ex<sup>a</sup> o Ministro da Saúde e da Segurança Social:

De 28 de Outubro de 2016:

Suzi Lopes da Silva Chantre, técnico nível I, do quadro da Direcção Geral do Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde e Segurança Social, em serviço na Região Sanitária de Santo Antão, Ilha de Santo Antão, destacada para exercer as suas funções na Delegacia de Saúde de São Nicolau, Ilha de São Nicolau a partir de 1 de Dezembro, ao abrigo do disposto no nº 1 e seguintes do artigo 9º de decreto-Lei nº 54/2009, de 7 de Dezembro.

**Extracto de despacho nº 1748/2016** – De S. Ex<sup>a</sup> o Ministro da Saúde e da Segurança Social:

De 28 de Novembro de 2016:

Corine Lopes Monteiro, apoio operacional nível II, contratada da Delegacia de Saúde da Praia, concedida licença sem vencimento de 1 (um) mês, ao abrigo do disposto nº 1 do artigo 46º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março, com efeitos a partir do dia 21 de Novembro de 2016.

Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Saúde, na Praia, aos 30 de Novembro de 2016. – A Directora Geral, *Serafina Alves*.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E AMBIENTE

### Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão

**Extracto de despacho nº 1749/2016** – De S. Ex<sup>a</sup> o Ministro da Agricultura e Ambiente:

De 14 de Setembro de 2016:

Manuel António Torres Lopes, técnico nível II, do quadro da Direcção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Agricultura e Ambiente que se encontrava na situação de licença sem vencimento ao abrigo do artigo 48º do Decreto-lei nº 3/93, de 5 de Abril, autorizado o regresso ao quadro nos termos do artigo 53º, conjugado com o nº 3 do artigo 78º do Decreto-Lei nº 3/2010, de 8 de Março.

A despesa tem cabimento na rubrica 02.01.01.01.02 – Pessoal do quadro – DGPOG do M.A.A. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 03 de Novembro de 2016).

Direcção de Serviço de Gestão de Recursos Humanos do Ministério da Agricultura e Ambiente, na Praia, aos 25 de Novembro de 2016. – A Directora de Serviços, *Iara Anancy Abreu Gonçalves Fernandes*.

## PARTE D

### PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

#### Conselho Superior do Ministério Público

**Extracto da deliberação nº 07/CSMP/2016-2017**

**De 28 de Outubro de 2016**

Nomeando, no uso das competências previstas nos artigos 226º n.ºs 5 e 6, al. c), da Constituição da República, 31º e 37º, n.º 1, al. h), da Lei nº 89/VII/2011, de 14 de Fevereiro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério Público (LOMP), delibera nomear provisoriamente, por urgente conveniência de serviço, nos termos dos artigos 28º do Decreto-Lei nº 13/2006, de 13 de Fevereiro, que aprova o Estatuto do Pessoal Oficial de Justiça, 10.º ns.º 1 e 3, 12.º al.ª a) e 13º, n.ºs 1 e 3 da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugados com o disposto no artigo 8º, alínea a) do Decreto-Lei nº 46/89, de 26 de Julho, os cidadãos que a seguir se indica, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2016:

Katy Cibele dos Santos Miranda, candidata aprovada em concurso público e curso de ingresso, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias do Ministério Público, e colocá-la na Procuradoria da República da Comarca de São Vicente.

Amecilde Bely Vaz Varela, candidata aprovada em concurso público e curso de ingresso, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias do Ministério Público, e colocá-la na Procuradoria da República da Comarca da Praia.

Florbela de Jesus Mendes da Cunha, candidata aprovada em concurso público e curso de ingresso, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias do Ministério Público, e colocá-la na Procuradoria da República da Comarca da Praia.

Danilson de Jesus Monteiro Benchimol, candidato aprovado em concurso público e curso de ingresso, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias do Ministério Público, e colocá-lo na Procuradoria da República da Comarca da Praia.

Vladmiro Rodrigues Lopes, candidato aprovado em concurso público e curso de ingresso, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias do Ministério Público, e colocá-lo na Procuradoria da República da Comarca de São Vicente.

Litos Alekssandro Lima Sousa, candidato aprovado em concurso público e curso de ingresso, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias do Ministério Público, e colocá-lo na Procuradoria da República da Comarca de São Vicente.

Elisabete Maria Semedo Gomes, candidata aprovada em concurso público e curso de ingresso, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias do Ministério Público, e colocá-la na Procuradoria da República da Comarca da Praia.

Elsa Silvana Almeida Fernandes, candidata aprovada em concurso público e curso de ingresso, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias do Ministério Público, e colocá-la na Procuradoria da República da Comarca da Praia.

Rui Jorge Ramos da Luz, candidato aprovado em concurso público e curso de ingresso, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias do Ministério Público, e colocá-lo na Procuradoria da República da Comarca do Porto Novo.

Ana Bela de Carvalho Furtado, candidata aprovada em concurso público e curso de ingresso, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias do Ministério Público, e colocá-la na Procuradoria da República da Comarca da Praia.

Solange Tavares Barbosa, candidata aprovada em concurso público e curso de ingresso, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias do Ministério Público, e colocá-la na Procuradoria da República da Comarca de São Domingos.

Evanilson Adérito Mendes dos Santos, candidato aprovado em concurso público e curso de ingresso, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias do Ministério Público, e colocá-lo na Procuradoria da República da Comarca da Comarca de Santa Cruz.

Fábio Júnior Ascensão Monteiro, candidato aprovado em concurso público e curso de ingresso, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias do Ministério Público, e colocá-lo, na Procuradoria da República da Comarca do Sal.

Oriana Lorena Sousa Duarte Silva, candidata aprovada em concurso público e curso de ingresso, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias do Ministério Público, e colocá-la, na Procuradoria da República da Comarca do Porto Novo.

Jane Gerusa Teixeira Gomes, candidata aprovada em concurso público e curso de ingresso, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias do Ministério Público, e colocá-la na Procuradoria da República Comarca de Santa Cruz.

Maria Filomena Ramos Cabral, candidata aprovada em concurso público e curso de ingresso, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias do Ministério Público, e colocá-la na Procuradoria da República Comarca de Santa Catarina.

Ana Rita Lopes Baessa, candidata aprovada em concurso público e curso de ingresso, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias do Ministério Público, e colocá-la na Procuradoria da República Comarca de Santa Catarina.

Edilsa Sara da Veiga Vaz, candidata aprovada em concurso público e curso de ingresso, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias do Ministério Público, e colocá-la na Procuradoria da República Comarca de Santa Catarina.

Neida Rosângela Rodrigues Correia Miranda, candidata aprovada em concurso público e curso de ingresso, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias do Ministério Público, e colocá-la na Procuradoria da República da Comarca do Tarrafal.

João Isaías Varela Vaz, candidato aprovado em concurso público e curso de ingresso, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias do Ministério Público, e colocá-lo na Procuradoria da República da Comarca de São Filipe.

Filomeno José da Silva Lopes, candidato aprovado em concurso público e curso de ingresso, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias do Ministério Público, e colocá-lo na Procuradoria da República da Comarca da Brava.

Dulce Helena Tavares Moniz Miranda, candidata aprovada em concurso público e curso de ingresso, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias do Ministério Público, e colocá-la na Procuradoria da República da Comarca São Filipe.

Danilo Ricardo da Cruz Martins, candidato aprovado em concurso público e curso de ingresso, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias do Ministério Público, e colocá-lo na Procuradoria da República da Comarca da Boa Vista.

Dilma Maria Tavares de Sousa, candidata aprovada em concurso público e curso de ingresso, para exercer as funções de oficial de diligências, referência 1, escalão A, do quadro das Secretarias do Ministério Público, e colocá-la na Procuradoria da República da Comarca da Boa Vista.

As despesas têm cabimento na verba inscrita na rubrica 02.01.01.01.02 do orçamento do Conselho Superior do Ministério Público. – (Visados pelo Tribunal no dia 24 de Novembro de 2016).

Conselho Superior do Ministério Público, na Praia, aos 30 de Novembro de 2016. – O Secretário, *José Luís Varela Marques*.

#### Extracto da deliberação nº 07/CSMP/2016-2017

De 25 de Novembro de 2016

Nomear, ao abrigo do artigo 6º, n.º 1, al. b), da Lei nº 85/VIII/2015, de 6 de Abril, que regula a organização, composição, competência e funcionamento do Serviço de Inspeção do Ministério Público, o Dr. Albertino da Silva Mendes, Procurador da República de 1ª Classe, para, em comissão de serviço, exercer as funções Inspector do Ministério Público.

O Presidente (Ass.) – *Oscar Silva dos Reis Tavares* -

Está conforme o original

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público na Praia, aos 25 de Novembro de 2016. – O Secretário, *José Luís Varela Marques*.

#### Extracto da deliberação nº 08/CSMP/2016-2017

De 25 de Novembro de 2016

O Conselho Superior do Ministério Público reunido em sessão ordinária, no dia 25 de Outubro de 2016, no uso da faculdade que a Constituição e a Lei lhe conferem, designadamente, a Lei nº 89/VII/2011, de 14 de Fevereiro – que aprovou a orgânica do Ministério Público- (artigo 37º, n.º 1, alínea h)), ao abrigo dos artigos 51º do Decreto-Lei nº 13/2006, de 13 de Fevereiro, 4º, n.º 2 al. d), e 9º, n.ºs. 1, 2 e 3, do Decreto-Lei nº. 54/2009, de 7 de Dezembro, delibera:

Destacar, provisoriamente, para exercer funções na Procuradoria da República da Comarca do Paúl, o Oficial de Diligências colocado na Procuradoria da República da Comarca do Porto Novo, Rui Jorge Ramos da Luz, em substituição da Oficial de Diligências Reni Reina Ramos Delgado na situação de dispensa por maternidade.

O Presidente (Ass.) – *Oscar Silva Dos Reis Tavares* -

Está conforme o original:

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público na Praia, aos 25 de Novembro de 2016. – O Secretário, *José Luís Varela Marques*.

#### Extracto da deliberação nº 09/CSMP/2016-2017

De 25 de Novembro de 2016

O Conselho Superior do Ministério Público reunido em sessão ordinária, no dia 25 de Outubro de 2016, no uso da faculdade que a Constituição e a Lei lhe conferem, designadamente, a Lei nº 89/VII/2011, de 14 de Fevereiro – que aprovou a orgânica do Ministério Público – (artigo 37º, n.º 1, alínea h)), ao abrigo do artigo 50º, in fine, do Decreto-Lei nº 13/2006, de 13 de Fevereiro, delibera:

Oficial de Diligências Danilson de Jesus Monteiro Benchimol, colocado, por permuta, como efetivo, na Procuradoria da República da Comarca de Santa Catarina;

Oficial de Diligências Edilsa Sara da Veiga Vaz, colocada, por permuta, como efetiva, na Procuradoria da República da Comarca da Praia.

O Presidente (Ass.) – *Oscar Silva dos Reis Tavares*.

Está conforme o original:

Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, na Praia, aos 25 de Novembro de 2016. – O Secretário, *José Luís Varela Marques*.

## PARTE E

### INSTITUTO CABO-VERDIANO PARA IGUALDADE EQUIDADE GÉNERO

#### Direção de Serviços

Extrato de despacho nº 1750/2016 – De S. Exª a Ministra da família e Inclusão Social:

De 28 de outubro de 2016

Rosana Maria Pereira Almeida, licenciada em jornalismo, é contratada nos termos dos artigos 4º e 27º do Decreto-lei nº 59/2014, de 4 de novembro, do Estatuto do Pessoal Dirigente, para, mediante contrato de gestão, exercer o cargo de Presidente do Instituto Cabo-verdianos para a Igualdade de Género, com efeito a partir do dia 7 de novembro.

Instituto Cabo-verdiano para Igualdade Equidade Género, na Praia, aos 30 de Novembro de 2016. – A Direção de Serviços - *Vera Lúcia Teixeira*

**PARTE G****MUNICÍPIO DO PORTO NOVO****Câmara Municipal**

**Extracto de despacho nº 1751/2016** – De S. Ex<sup>a</sup> o Presidente da Câmara Municipal do Porto Novo:

De 27 de Outubro de 2016

No uso da faculdade que me é concedido pela alínea *k*), nº 1 do artigo 98º, conjugados com o artigo 88º da Lei nº 134/IV/95 de 3 de Julho, o nº 2 do artigo 2º da Lei nº 14/91 de 30 de Dezembro, a Deliberação nº 01/VII/AMPN/2016 de 15 de Outubro da Assembleia Municipal do Porto Novo e o Edital nº 4/2016 da Comissão Nacional de Eleições, que publica os resultados definitivos das eleições dos Titulares dos Órgãos Municipais, realizadas no dia 4 de Setembro, é designado Valter Roberto Lima Silva, para exercer em regime de permanência as funções de Vereador da Câmara Municipal do Porto Novo, com efeitos retroativos a 1 de Outubro de 2016.

**Extracto de despacho nº 1752/2016** – De S. Ex<sup>a</sup> o Presidente da Câmara Municipal do Porto Novo:

De 27 de Outubro de 2016

No uso da faculdade que me é concedido pela alínea *k*), nº 1 do artigo 98º, conjugados com o artigo 88º da Lei nº 134/IV/95 de 3 de Julho, o nº 2 do artigo 2º da Lei nº 14/91 de 30 de Dezembro, a Deliberação nº 01/VII/AMPN/2016 de 15 de Outubro da Assembleia Municipal do Porto Novo e o Edital nº 4/2016 da Comissão Nacional de Eleições, que publica os resultados definitivos das eleições dos Titulares dos Órgãos Municipais, realizadas no dia 4 de Setembro, é designada Maisa Marlene Santos Pinto, para exercer em regime de permanência as funções de Vereadora da Câmara Municipal do Porto Novo, com efeitos retroativos a 1 de Outubro de 2016.

**Extracto de despacho nº 1753/2016** – De S. Ex<sup>a</sup> o Presidente da Câmara Municipal do Porto Novo:

De 27 de Outubro de 2016

No uso da faculdade que me é concedido pela alínea *k*), nº 1 do artigo 98º, conjugados com o artigo 88º da Lei nº 134/IV/95 de 3 de Julho, o nº 2 do artigo 2º da Lei nº 14/91 de 30 de Dezembro, a Deliberação nº 01/VII/AMPN/2016 de 15 de Outubro da Assembleia Municipal do Porto Novo e o Edital nº 4/2016 da Comissão Nacional de Eleições, que publica os resultados definitivos das eleições dos Titulares dos Órgãos Municipais, realizadas no dia 4 de Setembro, é designado Irlando Delgado Ramos, para exercer em regime de permanência a meio tempo as funções de Vereador da Câmara Municipal do Porto Novo, com efeitos retroativos a 1 de Outubro de 2016.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 02.01.01.01.01, do orçamento da Câmara Municipal, vigente. – Isentos de Visto do Tribunal de Contas, nos termos do nº 3 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 49/2014

Câmara Municipal do Porto Novo, aos 27 de Outubro de 2016. – O Presidente, *Aníbal Azevedo Fonseca*.

—o—

**MUNICÍPIO DO SAL****Câmara Municipal**

**Extracto da deliberação nº 49/2016** – Da Câmara Municipal do Sal

De 26 de Julho de 2016:

Por deliberação da Câmara Municipal do Sal e nos termos do nº 2 do artigo 4º, nº 1 e 2 do artigo 6º e nº 1 do artigo 37º do Decreto-Lei nº 9/2013, de 26 de Fevereiro, conjugados com o artigo 10º e alínea *a*) do artigo 12º, nº 6 do artigo 13º, nº 5 do artigo 16º da Lei nº 102/IV/93, 31 de Dezembro e alínea *a*) do nº 2 do artigo 92º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho,

é nomeado, Georgiana Helena Silva de Oliveira, habilitada com curso superior que confere o grau de licenciatura em antropologia e pós-graduação em museologia, candidato classificado em concurso público divulgado através do anúncio nº 14/2016, no *Boletim Oficial*, II Série, nº 27, de 3 de Junho de 2016, para o quadro definitivo da Câmara Municipal do Sal, no cargo de técnico nível I, com efeitos a partir da data da publicação no *Boletim Oficial*.

Por deliberação da Câmara Municipal do Sal e nos termos do nº 2 do artigo 4º, nº 1 e 2 do artigo 6º e nº 1 do artigo 37º do Decreto-Lei nº 9/2013, de 26 de Fevereiro, conjugados com o artigo 10º e alínea *a*) do artigo 12º, nº 6 do artigo 13º, nº 5 do artigo 16º da Lei nº 102/IV/93, 31 de Dezembro e alínea *a*) do nº 2 do artigo 92º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho, é nomeado, Sidney Jorge Lima, habilitado com curso superior que confere o grau de licenciatura em gestão, candidato classificado em concurso público divulgado através do anúncio nº 14/2016, no *Boletim Oficial*, II Série, nº 27, de 3 de Junho de 2016, para o quadro definitivo da Câmara Municipal do Sal, no cargo de técnico nível I, com efeitos a partir da data da publicação no *Boletim Oficial*.

**Extracto de contrato nº 33/2016** – Da Câmara Municipal do Sal

De 20 de Setembro de 2016:

Élio Pinto Lopes, habilitado com curso superior que confere o grau de licenciatura em arquitetura e urbanismo, candidato classificado em concurso público divulgado através do anúncio nº 14/2016, no *Boletim Oficial*, II Série, nº 27, de 3 de Junho de 2016, é contratado, para em regime de estágio probatório, nos termos da alínea *d*), do nº 2 do artigo 92º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho, conjugado com o nº 1 do artigo 14º do Decreto-Lei nº 43/2014, de 12 de Agosto, nº 2 do artigo 20º do Decreto-Lei nº 9/2013, de 26 de Fevereiro, alínea *a*) do nº 3 do artigo 24º da Lei nº 102/IV/93 de 31 de Dezembro, nº 1 do artigo 25º da Lei nº 42/VII/2009, de 27 de Julho e artigo 360º do Decreto-Legislativo nº 5/2007, de 16 de Outubro, exercer o cargo de técnico nível I, na Câmara Municipal do Sal, a partir da publicação no *Boletim Oficial*.

Erikson Jorge Silva Ramos, habilitado com curso superior que confere o grau de licenciatura em engenharia civil, candidato classificado em concurso público divulgado através do anúncio nº 14/2016, no *Boletim Oficial*, II Série, nº 27, de 3 de Junho de 2016, é contratado, para em regime de estágio probatório, nos termos da alínea *d*), do nº 2 do artigo 92º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho, conjugado com o nº 1 do artigo 14º do Decreto-Lei nº 43/2014, de 12 de Agosto, nº 2 do artigo 20º do Decreto-Lei nº 9/2013, de 26 de Fevereiro, alínea *a*) do nº 3 do artigo 24º da Lei nº 102/IV/93 de 31 de Dezembro, nº 1 do artigo 25º da Lei nº 42/VII/2009, de 27 de Julho e artigo 360º do Decreto-Legislativo nº 5/2007, de 16 de Outubro, exercer o cargo de técnico nível I, na Câmara Municipal do Sal, a partir da publicação no *Boletim Oficial*.

Ivandro Ramos Medina, habilitado com curso superior que confere o grau de licenciatura em arquitetura e urbanismo, candidato classificado em concurso público divulgado através do anúncio nº 14/2016, no *Boletim Oficial*, II Série, nº 27, de 3 de Junho de 2016, é contratado, para em regime de estágio probatório, nos termos da alínea *d*), do nº 2 do artigo 92º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho, conjugado com o nº 1 do artigo 14º do Decreto-Lei nº 43/2014, de 12 de Agosto, nº 2 do artigo 20º do Decreto-Lei nº 9/2013, de 26 de Fevereiro, alínea *a*) do nº 3 do artigo 24º da Lei nº 102/IV/93 de 31 de Dezembro, nº 1 do artigo 25º da Lei nº 42/VII/2009, de 27 de Julho e artigo 360º do Decreto-Legislativo nº 5/2007, de 16 de Outubro, exercer o cargo de técnico nível I, na Câmara Municipal do Sal, a partir da publicação no *Boletim Oficial*.

Nélida Marizia Oliveira Santos, habilitada com curso superior que confere o grau de licenciatura em psicologia, candidata classificado em concurso público divulgado através do anúncio nº 14/2016, no *Boletim Oficial*, II Série, nº 27, de 3 de Junho de 2016, é contratado, para em regime de estágio probatório, nos termos da alínea *d*), do nº 2 do artigo 92º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de Julho, conjugado com o nº 1 do artigo 14º do Decreto-Lei nº 43/2014, de 12 de Agosto, nº 2 do artigo 20º do Decreto-Lei nº 9/2013, de 26 de Fevereiro, alínea *a*) do nº 3 do artigo 24º da Lei nº 102/IV/93 de 31 de Dezembro, nº 1 do artigo 25º da Lei nº 42/VII/2009, de 27 de Julho e artigo 360º do Decreto-Legislativo nº 5/2007, de 16 de Outubro, exercer o cargo de técnico nível I, na Câmara Municipal do Sal, a partir da publicação no boletim oficial.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita no código 03.62.01.02., do orçamento vigente.

Câmara Municipal do Concelho do Sal, aos 21 de Outubro de 2016. – O Secretário Municipal, *José Lourenço do Rosário Lopes*.

## MUNICÍPIO DO TARRAFAL DE SANTIAGO

## Câmara Municipal

**Extracto de deliberação nº 50/2016** – Da Câmara Municipal do Tarrafal de Santiago:

De 7 de Novembro de 2016:

José Rui Monteiro Lopes, técnico superior do quadro definitivo da Câmara Municipal do Tarrafal, nomeado em comissão ordinária de serviço para exercer o cargo de Secretário Municipal da Câmara Municipal do Tarrafal, nos termos do artigo 14º, do Decreto-Lei nº 102/IV/93, de 31 de dezembro, conjugado com o artigo 1º da Lei nº 134/IV/95, de 3 de julho e artigo 3º do Decreto-Lei nº 5/98, de 9 de março.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita nos código 02.01.01.01.02 do Orçamento Municipal vigente. – (Visado pelo Tribunal de Contas em 22 de Novembro de 2016).

**Extracto de despacho nº 1754/2016** – De S. Ex.ª o Presidente interino da Câmara Municipal do Tarrafal:

De 4 Agosto de 2016:

Adalberto Horta Mendes, técnico superior do quadro definitivo da Câmara Municipal do Tarrafal, nomeado para exercer em regime de substituição e por conveniência de serviço o cargo de Secretário Municipal da Câmara do Tarrafal, nos termos do artigo 3º do Decreto-Lei nº 5/98, de 9 de março, conjugado com os nº 1 e 2 do artigo 33º do Decreto-Lei nº 59/2014, de 4 de Novembro, com efeitos a partir do dia 4 de Agosto de 2016.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita nos código 02.01.01.01.02 do Orçamento Municipal vigente.

Câmara Municipal do Tarrafal de Santiago, aos 8 de Agosto de 2016.  
– O Assessor, *José Rui Monteiro Lopes*.

## PARTE I I

## ASSEMBLEIA NACIONAL

## Secretaria-Geral

## Rectificação nº 184/2016

Por erro da Administração foi publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial* nº 53, II Série, de 7 de Novembro de 2016, o anúncio do concurso de promoção do pessoal do quadro da Assembleia Nacional no que respeita à composição do Júri para o cargo de técnico parlamentar de 1ª classe, pelo que rectifica-se o mesmo na parte que interessa:

Onde se lê:

- Maria Augusta Évora Tavares Teixeira, redactora principal, referência 15, escalão D, e Vice-Presidente da ARC

Deve-se ler:

- Evaristo Furtado Correia Barros, técnico parlamentar de 1ª classe, referência 14, escalão B.

Direcção de Serviços Administrativos e Financeiros da Assembleia Nacional, na Praia, aos 21 de Novembro de 2016. – O Director de Serviços, *Virgílio Cardoso Mendes Gonçalves*.



## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

## Direcção Nacional da Administração Pública

## Anúncio de concurso n.º 33/2016

Anúncio de concurso na Administração Pública

A Administração Pública pretende recrutar técnico nível I com formação superior em Nutrição, provimento Fundação Cabo-verdiana de Ação Social Escolar FICASE.

O presente concurso de recrutamento é coordenado pela Direcção Nacional da Administração Pública (DNAP), de acordo com os normativos de Recrutamento Centralizado, Decreto-Lei nº 38/2015 de 29 de julho, artigo 10º da Lei nº 77/VIII/2014, conjugado com o artigo 49º da Lei nº 42/VII/2009, artigo 20º do Decreto-Lei nº 9/2013 de 26 de fevereiro, conforme se apresenta abaixo:

Formação Académica	Categoria / Função	Nº de Vagas	Tipo de Vínculo	Remuneração bruto
Licenciatura e/ou Mestrado em: <b>Nutrição</b>	Técnico Nível I	1	Contrato a termo	66,604 ecv

O prazo da candidatura será de 10 dias a contar do dia da publicação do referido concurso no *Boletim Oficial*.

Qualquer informação a respeito do processo seletivo poderá ser obtida pelos telefones 333 73 04 ou 2607400 (PBX), através do endereço eletrónico [concursos.publicos@gov2.gov.cv](mailto:concursos.publicos@gov2.gov.cv)

O regulamento do concurso se encontra no site da DNAP: [www.dgap.gov.cv](http://www.dgap.gov.cv)

O Diretor Nacional Guevara da Cruz

## Anúncio de concurso n.º 34/2016

Regulamento do Concurso externo

A Administração Pública pretende recrutar por concurso externo, 1 (um) técnico nível I, para Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica.

O presente concurso externo é coordenado pela Direcção Nacional da Administração Pública (DNAP), de acordo com os normativos de Recrutamento Centralizado aprovado pelo Decreto-Lei nº 38/2015 de 29 de julho, conforme abaixo apresentado:

Formação Académica	Categoria / Função	N.º de Vagas	Instituição	Tipo de Vínculo	Remuneração
Licenciatura em Física ou Matemática, com orientação para Sismologia Geodésicos	Técnico nível I	1	Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica	Contrato de Trabalho a Termo	110.691\$00 (líquido, sujeito a descontos legais)

O prazo da candidatura será de 10 dias a contar do dia da publicação do referido concurso no site da DNAP. Qualquer informação a respeito do processo seletivo, poderá ser obtida pelos telefones 2607400/3337317 ou através do endereço eletrónico [concursos.publicos@gov2.gov.cv](mailto:concursos.publicos@gov2.gov.cv)

O regulamento do concurso se encontra no site da DNAP [www.dgap.gov.cv](http://www.dgap.gov.cv)

O Diretor Nacional, *Guevara Cruz*.



**II SÉRIE**  
**BOLETIM**  
**OFICIAL**

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: [www.incv.cv](http://www.incv.cv)



*Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde.*  
*C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09*  
*Email: [kioske.incv@incv.cv](mailto:kioske.incv@incv.cv) / [incv@incv.cv](mailto:incv@incv.cv)*

**I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do *Boletim Oficial* devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.**



# BOLETIM OFICIAL

ÍNDICE	
PARTE J	<b>MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E TRABALHO:</b> <i>Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação:</i>
	<b>Extracto de publicação da sociedade n° 433/2016:</b> Certifica narrativamente para efeitos de publicação, um registo renúncia e nomeação da gerência e alteração parcial dos estatutos, da sociedade comercial denominada "ECOVISÃO, CABO VERDE, LDA"..... 252
	<b>Extracto de publicação da sociedade n° 434/2016:</b> Certifica narrativamente para efeitos de publicação, que, foi constituída uma sociedade comercial unipessoal por quotas, firma "IMF – COZINHAS E ROUPEIROS POR MEDIDA, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA".....252
	<b>Extracto de publicação da sociedade n° 435/2016:</b> Certifica narrativamente para efeitos de publicação, um registo de alteração da denominação e do objecto social da sociedade comercial denominada "SOFIL – COMERCIO E REPRESENTAÇÕES, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA" .....253
	<b>Extracto de publicação da sociedade n° 436/2016:</b> Certifica narrativamente para efeitos de publicação, um registo de dissolução, encerramento da liquidação da sociedade comercial anónima denominada "OCEAN PROJECT, IMOBILIÁRIA E CONSTRUÇÃO, S.A." .....253
	<b>Extracto de publicação da sociedade n° 437/2016:</b> Certifica narrativamente para efeitos de publicação, um registo de alteração do objecto social da sociedade comercial unipessoal por quotas denominada "INTERACTIVE CONSULTORIA INTERNACIONAL - SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA" .....253
	<b>Extracto de publicação da sociedade n° 438/2016:</b> Certifica narrativamente para efeitos de publicação, um registo de renúncia e substituição administrador único, nomeação de novos órgãos sociais, alteração da forma de obrigar e um registo de depósito de contrato de transmissão de acções da sociedade comercial anónima denominada "BÁVARO MOTORS, SA." ..... 253
	<b>Extracto de publicação da sociedade n° 439/2016:</b> Certifica narrativamente para efeitos de publicação, um registo de transmissões de quotas, resultante de sucessão por morte e cessão entre vivos da sociedade comercial denominada "FARMÁCIA ACHADA SÃO FILIPE, LDA" .....253

**Extracto de publicação da sociedade nº 440/2016:**

Certifica narrativamente para efeitos de publicação, um registo de transmissões de quotas, resultante de sucessão por morte e cessão entre vivos da sociedade comercial por quotas denominada “RRFM – RENT – A – CAR, LDA” .....254

**Extracto de publicação da sociedade nº 441/2016:**

Certifica narrativamente para efeitos de publicação, que foi constituída uma sociedade comercial por quotas, firma “LOVE PETS, LDA” .....254

**Extracto de publicação da sociedade nº 442/2016:**

Certifica narrativamente para efeitos de publicação o contrato de sociedade denominação “C.P.I. – CENTRO DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL LDA” .....254

**Extracto de publicação da sociedade nº 443/2016:**

Certifica narrativamente para efeitos de publicação o contrato de sociedade denominação a firma “MÕES & COELHO DISTRIBUIÇÃO, LDA” .....255

**PARTE J**

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

**Direcção-Geral dos Registos, Notariado e Identificação**

**Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia**

**Extracto de publicação de sociedade nº 433/2016:**

A CONSERVADORA P/S: DENÍSIA ALMEIDA DA GRAÇA

**EXTRACTO**

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo renúncia e nomeação da gerência e alteração parcial dos estatutos, da sociedade comercial denominada “ECOVISÃO, CABO VERDE, LDA”, com sede em Palmarejo, Rua Ilha do Maio, Cidade da Praia e o capital social de 300.000\$00, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 19364/2011/06/17

**RENÚNCIA:**

Nome: Tiago Nuno da Silva Melo Patrício.

Cargo: Gerente.

Período: Com efeitos a partir de 31 de Outubro de 2013.

**NOMEAÇÃO:**

Nome: Susana Cristina Dionisio Palminha.

Cargo: Gerente.

Residente: Palmarejo Grande, Cidade da Praia;

NIF:170124304.

ARTIGOS ALTERADOS: 2.º, n.º 1, 4.º, n.1.º, al. a), 5.º, n.º 2.

**TERMOS DAS ALTERAÇÕES:**

Artigo segundo

**(Sede)**

1. A sede fica instalada na Praia, N. S. da Graça, Cidade da Praia, Palmejo Grande, Rua Bilocas, Edifício Elevo R/C.

Artigo quarto

**(Capital)**

1. (...).

a) Uma quota no valor de 285.000\$00 (duzentos e oitenta e cinco mil escudos), pertencente ao sócio ELEVOLUTION GROUP SGPS, SA.

Artigo quinto

**(Gerência)**

2. A sociedade obriga-se através da assinatura de dois gerentes, um gerente e um procurador, ou de um procurador, se para tal estiver devidamente autorizado através do mandato que lhe seja conferido.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, aos 8 de Junho de 2016. – A Conservadora, P/S, *Denísia Almeida da Graça*.

**Extracto de publicação de sociedade nº 434/2016:**

A CONSERVADORA P/S: JACILENE ROMI FORTES LOPES

**EXTRACTO**

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, foi constituída uma sociedade comercial unipessoal por quotas, nos termos seguintes:

FIRMA: IMF - COZINHAS E ROUPEIROS POR MEDIDA, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA.

SEDE: Palmarejo, Cidade da Praia, podendo ser transferida para qualquer outro local.

DURAÇÃO: Tempo indeterminado.

OBJECTO: Fabrico, comércio e montagens de mobiliários para cozinha, casa de banho, tectos falsos, roupeiros e mobiliários por medida, eletricidade, canalização, pintura de interior.

CAPITAL: 10.000\$00 (dez mil escudos), totalmente subscrito e realizado em dinheiro.

**GERÊNCIA:**

Nome: Ivan Mendes Fernandes.

Cargo: Gerente.

FORMA DE OBRIGAR: A sociedade obriga-se pela assinatura do gerente.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, aos 9 de Setembro de 2016. – A Conservadora P/S, *Jacilene Romi Fortes Lopes*.

**Extracto de publicação de sociedade nº 435/2016:**A CONSERVADORA P/S: MARIA ALBERTINA TAVARES  
DUARTE**EXTRACTO**

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de alteração da denominação e do objecto social da sociedade comercial por quotas denominada “SOFIL – COMERCIO E REPRESENTAÇÕES, SOCIEDADE UNIPessoal, LDA”, com sede em Plateau - Praia e o capital social de 5.000.000,00, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 1485/2003/10/29.

ARTIGOS ALTERADOS: 1.º e 3.º.

TERMOS DA ALTERAÇÃO:

FIRMA: SOFIL – REPRESENTAÇÕES, SOCIEDADE UNIPessoal, LDA.

OBJECTO: Gestão e Mediação Imobiliária, Representações.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, aos 19 de Setembro de 2016. – A Conservadora, *Maria Albertina Tavares Duarte*.**Extracto de publicação de sociedade nº 436/2016:**A CONSERVADORA P/S: MARIA ALBERTINA TAVARES  
DUARTE**EXTRACTO**

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de dissolução, encerramento da liquidação da sociedade comercial anónima denominada “OCEAN PROJECT, IMOBILIÁRIA E CONSTRUÇÃO, S.A.”, com sede na Avenida Cidade de Lisboa, Cidade da Praia e o capital social de 149.762.705\$00, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 2134/2006/11/07.

CAUSA: Deliberação datada de 2 de Outubro de 2016.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, aos 19 de Setembro de 2016. – A Conservadora, *Maria Albertina Tavares Duarte*.**Extracto de publicação de sociedade nº 437/2016:**A CONSERVADORA P/S: MARIA ALBERTINA TAVARES  
DUARTE**EXTRACTO**

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de alteração do objecto social da sociedade comercial unipessoal por quotas denominada “INTERACTIVE CONSULTORIA INTERNACIONAL - SOCIEDADE UNIPessoal, LDA”, com sede em Quebra Canela, Cidade da Praia e o capital social de 200.000\$00, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 3759/2016/07/27.

ARTIGO ALTERADO: 3.º.

TERMOS DA ALTERAÇÃO:

OBJECTO: Prestação de serviços e assessoria internacional; Actividades de formação profissional, nomeadamente formação on job e a formação técnica ou/e profissional em todos sectores de actividade económica, desde que permitidas por lei; Comércio internacional, trading de commodities.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, aos 19 de Setembro de 2016. – A Conservadora, *Maria Albertina Tavares Duarte*.**Extracto de publicação de sociedade nº 438/2016:**A CONSERVADORA P/S: MARIA ALBERTINA TAVARES  
DUARTE**EXTRACTO**

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de renúncia e substituição administrador único, nomeação de novos órgãos sociais, alteração da forma de obrigar e um registo de depósito de contrato de transmissão de acções da sociedade comercial anónima denominada “BÁVARO MOTORS, SA.”, com sede em Achada Grande Trás, Cidade da Praia e o capital social de 1.000.000\$00, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 28920/2015/12/10.

RENÚNCIA:

Nome: Veríssimo Noé Monteiro Pinto.

Cargo: Administrador único.

Período: com efeitos imediatos.

SUBSTITUIÇÃO:

ADMINISTRADOR ÚNICO:

Nome: Péricles Filomeno Monteiro Pinto.

Estado Civil: Solteiro, maior.

Residência: Palmarejo, Cidade da Praia.

NIF: 105214299.

NOMEAÇÃO:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL:

Presidente: José Manuel Pinto Monteiro.

Secretários: Henrique Borges e Sheila Maritza Pinto Monteiro Moeda.

FICAL ÚNICO: Elizabete Mendonça Silva.

ARTIGOS ALTERADOS: 4.º e 5.º

TERMOS DAS ALTERAÇÕES:

Artigo 4º

TERMO DE DEPÓSITO:

Contrato de transmissão de acções, celebrado em 12 de Setembro de 2016.

Artigo - 5º, nº 3 e 4:

ALTERAÇÃO DA FORMA DE OBRIGAR:

3. A Sociedade vincula-se em todos os actos e contractos pela assinatura do administrador único ou de qualquer mandatário ou procurador, conforme o mandato ou procuração conferido.

4. Para actos de mero expediente, bastará a assinatura do administrador único ou de qualquer Director ou responsável da sociedade.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, aos 18 de Outubro de 2016. – A Conservadora, *Maria Albertina Tavares Duarte*.**Extracto de publicação de sociedade nº 439/2016:**A CONSERVADORA P/S: MARIA ALBERTINA TAVARES  
DUARTE**EXTRACTO**

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de transmissões de quotas, resultante de sucessão por morte e cessão entre vivos da sociedade comercial por quotas denominada “FARMÁCIA ACHADA SÃO FILIPE, LDA”, com sede em Achada São Filipe na cidade da Praia e o capital social de 500.000\$00, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 1972/2006/02/14.

## CEDENTE:

Nome: Ricky Nelson da Costa Moreno.

QUOTA TRANSMITIDA: 40.000\$00.

## CESSIONÁRIO:

Nome: Francisco Correia Fernandes Moreno.

## CEDENTE:

Nome: Ricardo Rasmy da Costa Moreno.

QUOTA TRANSMITIDA: 120.000.00.

## CESSIONÁRIO:

Nome: Francisco Correia Fernandes Moreno.

QUOTAS UNIFICADAS: 40.000\$00 + 120.000\$00.

QUOTA RESULTANTE: 160.000\$00.

ARTIGOS ALTERADOS: 1º e 4.º

## TERMOS DAS ALTERAÇÕES:

FIRMA: FARMÁCIA ACHADA SÃO FILIPE, SOCIEDADE UNIPessoal, LDA.

CAPITAL: 500.000\$00.

SÓCIOS E QUOTAS:

QUOTA: 340.000\$00.

Titular: Francisco Correia Fernandes Moreno.

QUOTA: 160.000\$00.

Titular: Francisco Correia Fernandes Moreno.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, aos 20 de Outubro de 2016. – A Conservadora, *Maria Albertina Tavares Duarte*.

**Extracto de publicação de sociedade nº 440/2016:**

A CONSERVADORA P/S: MARIA ALBERTINA TAVARES DUARTE

## EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, se encontra exarado um registo de transmissões de quotas, resultante de sucessão por morte e cessão entre vivos da sociedade comercial por quotas denominada “RRFM – RENT – A – CAR, LDA”, com sede em Achada São Filipe na cidade da Praia e o capital social de 5.000.000\$00, matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, sob o número 2271/2007/03/05.

## CEDENTE:

Nome: Ricky Nelson da Costa Moreno.

QUOTA TRANSMITIDA: 250.000\$00.

## CESSIONÁRIO:

Nome: Francisco Correia Fernandes Moreno.

## CEDENTE:

Nome: Ricardo Rasmy da Costa Moreno.

QUOTA TRANSMITIDA: 750.000.00.

## CESSIONÁRIO:

Nome: Francisco Correia Fernandes Moreno.

QUOTAS UNIFICADAS: 250.000\$00 + 750.000\$00.

QUOTA RESULTANTE: 1.000.000\$00.

ARTIGOS ALTERADOS: 1º e 4.º

## TERMOS DAS ALTERAÇÕES:

FIRMA: RRFM – RENT – A – CAR, SOCIEDADE UNIPessoal, LDA.

CAPITAL: 5.000.000\$00.

SÓCIOS E QUOTAS:

QUOTA: 4.000.000\$00.

Titular: Francisco Correia Fernandes Moreno.

QUOTA: 1.000.000\$00.

Titular: Francisco Correia Fernandes Moreno.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, aos 20 de Outubro de 2016. – A Conservadora, *Maria Albertina Tavares Duarte*.

**Extracto de publicação de sociedade nº 441/2016:**

A CONSERVADORA P/S: MARIA ALBERTINA TAVARES DUARTE

## EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação, que nesta Conservatória a meu cargo, foi constituída uma sociedade comercial por quotas, nos termos seguintes:

FIRMA: LOVE PETS, LDA.

SEDE: Palmarejo Ao Lado Ola Mar Hotel, Cidade da Praia.

DURAÇÃO: Tempo indeterminado.

OBJECTO: Comércio por grosso de produtos alimentares, bebidas e tabaco;

Comércio a retalho de artigos farmacêuticos, médicos, cosméticos e de higiene, em estabelecimentos especializados;

Outras actividades de serviços pessoais, n.e;

Comércio a retalho de brinquedos e jogos, em estabelecimentos especializados;

Actividades veterinárias;

Outro comércio a retalho de produtos novos em estabelecimentos especializados;

Comércio por grosso de outros bens de consumo.

Venda de produtos alimentares para animais, nomeadamente ração e outros.

CAPITAL: 20.000\$00 (vinte mil escudos), encontrando-se integralmente realizado em dinheiro.

SÓCIO E QUOTA.

QUOTA: 10.000\$00 (dez mil escudos).

Titular: José Mário Dono Gomes de Pina;

Estado Civil: solteiro, maior.

Residência: Monte Vermelho, Cidade da Praia.

Nif: 103731440.

QUOTA: 10.000\$00 (dez mil escudos).

Titular: Jaqueline Liana Monteiro Lopes;

Estado Civil: solteira, maior.

Residência: Monte Vermelho, Cidade da Praia.

Nif: 112670970.

GERÊNCIA:

Nome: Jaqueline Liana Monteiro Lopes.

Cargo: Gerente.

FORMA DE OBRIGAR: A sociedade obriga-se pela assinatura do gerente.

Está conforme o original.

Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia, aos 10 de Novembro de 2016. – A Conservadora, *Maria Albertina Tavares Duarte*.

**Conservatória dos Registos Predial, Comercial e Automóvel de São Vicente****Extracto de publicação de sociedade nº 442/2016:**

## CERTIFICA

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída da matrícula e inscrições em vigor nº 1703 – C.P.I. – “CENTRO DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL, LIMITADA”;
- c) Que foi requerida sob a apresentação nº 4 do diário do dia 8 de Agosto do corrente, por Franklim Spencer;
- d) Que ocupa quatro folhas numeradas e rubricadas, pelo Ajudante e leva aposta o selo branco em uso nesta Conservatória.

Validade: 5 de Setembro de 2017 – Artigo 129º, nº 2 – Decreto-Lei nº 10/2010, de 29 de Março – I Série, *Boletim Oficial* nº 20, de 24 de Maio.

(Decreto-Lei nº 70/2009, de 30 de Dezembro de 2009 - 3º Suplemento, I Série – *Boletim Oficial* nº 49

Total: 400\$00 (quatrocentos escudos)

Conta nº 836/2016

#### CONTRATO DE SOCIEDADE

No dia treze de Junho de mil novecentos e noventa e seis, no Cartório Notarial da Região de Primeira Classe de S. Vicente, perante mim Lic. Ana Paula Morais Matosd Oliveira, respectiva Notária, compareceram como outorgantes.

Primeiro - António Joaquim Duarte, divorciado, natural de S. Vicente que outorga por si e em representação como procurador de José Alberto Silva Carvalho, casado com Hilda Clara Carvalho sob o regime da comunhão de adquiridos, natural do Porto e residente em Lisboa.

Segundo - Franklim do Rosário Spencer, casado com Maria do Rosário Spencer no indicado regime de bens, natural de S. Nicolau.

Verifiquei a identidade dos outorgantes que residem em S. Vicente por conhecimento pessoal e a qualidade e poderes do primeiro por procuração que apresenta.

E por eles foi dito:

Que têm acordado e constituem uma sociedade comercial por quotas que se regerá pelo pacto social constante do seguinte articulado.

#### PRIMEIRO

A sociedade adopta a denominação “C.P.I - CENTRO DE PRODUÇÃO INDUSTRIAL LDA”.

#### SEGUNDO

A sociedade tem a sua sede na cidade do Mindelo, República de Cabo Verde, podendo abrir delegações ou sucursais em qualquer parte do território nacional ou no estrangeiro.

#### TERCEIRO

A sociedade tem por objecto a produção de tintas, detergentes, produtos de higiene e limpeza e embalagens ou qualquer actividade não proibida por lei a e aprovada por deliberação da assembleia geral

#### QUARTO

A sociedade durará por tempo indeterminado.

#### QUINTO

O capital social é de um milhão de escudos e corresponde à soma das quotas dos sócios:

- António Joaquim Duarte, uma quota no valor de trezentos e quarenta mil escudos;
- Franklim do Rosário Spencer uma quota no valor de trezentos e trinta mil escudos;
- José Alberto da Silva Carvalho, uma quota no valor de trezentos e trinta mil escudos.

O capital encontra-se realizado em dinheiro no valor de cinquenta por cento. A realização do restante será obrigatoriamente feita quinze dias após a deliberação da assembleia geral convocada para o efeito.

#### SEXTO

1. E permitida a divisão e a cessão de quotas entre os sócios.

2. A cessão de quotas a favor de pessoas estranhas á sociedade só poderá ser feita mediante autorização da sociedade, a qual tem o direito de preferência, pagando a quota cedida pelo valor apurado no último balanço dado.

#### SÉTIMO

1. A sociedade só se dissolverá nos casos previstos na lei ou por vontade unânime dos sócios reunidos em assembleia geral para o efeito convocada e, na partilha, procederão conforme acordarem e for de direito.

2. Em caso de morte ou interdição de qualquer sócio a sociedade continuará com os restantes e com os herdeiros dos sócios falecido ou interdito salvo se estes resolverem apartar-se da sociedade. Neste caso proceder-se-á ao balanço e os herdeiros receberão o que se apurar pertencer-lhes o que lhes será pago pela forma a combinar entre os sócios.

#### OITAVO

1. A administração dos negócios da sociedade e sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, será exercida pelos gerentes que serão nomeados em assembleia geral convocada expressamente para o efeito decidindo sobre a forma de obrigar à sociedade.

2. Os gerentes poderão delegar em outra pessoa os seus poderes de gerência no todo ou em parte.

#### NONO

A sociedade não poderá ser obrigada em contratos, fianças, abonações, letras de favor e outros documentos estranhos aos negócios sociais, ficando o gerente pessoalmente responsável pelos prejuízos que daí advieram para a sociedade.

#### DECIMO

A assembleia geral é convocada por carta registada com aviso de recepção com pelo menos quinze dias de antecedência.

#### DÉCIMO PRIMEIRO

As deliberações dos sócios serão tomadas por maioria absoluta de votos, salvo quando por lei seja exigida maioria qualificada

#### DECIMO SEGUNDO

Os lucros líquidos apurados, depois de deduzido o fundo de reserva legal, no mínimo de dez por cento, serão divididos em partes proporcionais às quotas de cada sócio e creditados nas respectivas contas, não podendo ser levantados senão após deliberação em assembleia geral.

#### DÉCIMO TERCEIRO

A fiscalização da sociedade será atribuída a uma entidade estranha à sociedade.

Arquiva-se: Certidão de admissibilidade da Firma; Procuração acima referida.

Exibiu-se: Extracto da Conta emitida pela Caixa Económica de Cabo Verde hoje.

Foi feita aos outorgantes em voz alta e na presença simultânea de ambos a leitura desta escritura e a explicação do seu conteúdo e a advertência de obrigatoriedade do registo deste acto dentro de três meses a contar de hoje, na competente Conservatória.

Conservatória dos Registos da Região da Primeira Classe de São Vicente, aos 5 de Setembro de 2016. – O Conservador, *Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva*.

#### Extracto de publicação de sociedade nº 443/2016:

#### CERTIFICA

- a) Que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme com os originais;
- b) Que foi extraída da matrícula e inscrições em vigor nº 1704 – MÔES & COELHO DISTRIBUIÇÃO, Limitada;
- c) Que foi requerida sob a apresentação nº 01 do diário do dia 31 de Agosto do corrente, por Suzana Mões Joaquim;
- d) Que duas folhas numeradas e rubricadas, pelo Ajudante e leva apostada o selo branco em uso nesta Conservatória.

Validade: 14 de Setembro de 2017 – Artigo 129º, nº 2 – Decreto-Lei nº 10/2010, de 29 de Março – I Série, *Boletim Oficial* nº 20, de 24 de Maio.

(Decreto-Lei nº 70/2009, de 30 de Dezembro de 2009 - 3º Suplemento, I Série – *Boletim Oficial* nº 49

Total: 400\$00 (quatrocentos escudos)

Conta nº 841/ 2016

## CONTRATO DE SOCIEDADE

Artigo 4º

Entre:

Primeiro: Carlos Alberto Mões Joaquim, casado com Helena Maria Teixeira Morais Mões, Joaquim sob o regime da comunhão de adquiridos, natural de São Vicente onde reside, titular do NIF 152993509 que outorga por si e em representação como gerente da Sociedade Comercial por quota denominada “DROGARIA DO LEÃO, LIMITADA, com sede no Mindelo, matriculada na Conservatória dos Registos de São Vicente sob o número 97, com o capital de 5.000.000\$00 (cinco milhões de escudos) e titular do NIF 200486101.

Segundos: Suzana Helena de Morais Mões Joaquim e Luís Pedro Celestinod Silva Coelho, casados entre si sob o regime da comunhão de adquiridos, naturais ela de São Vicente e ele de Portugal, residentes no Mindelo e titulares dos NIF 114949484 e 152181121 respectivamente,

Pelos Contraentes foi dito que têm acordado e pelo presente documento particular constituem uma sociedade comercial por quotas nos termos dos estatutos seguintes:

Artigo 1º

**Denominação**

A sociedade adota a firma “MÕES & COELHO DISTRIBUIÇÃO, LDA”.

Artigo 2º

**Sede**

A sede da sociedade é no centro histórico da cidade do Mindelo, Ilha de S. Vicente. A gerência poderá deslocar livremente a sede social dentro do concelho de São Vicente e, bem assim criar sucursais, filiais ou outras formas de representação no território nacional.

Artigo 3º

**Objecto**

A sociedade tem por objecto a importação e comercialização a grosso e a retalho de produtos alimentares, bebidas e tabacos; produtos de perfumaria, higiene e limpeza; produtos de decoração e papelaria, veículos automóveis, electrodomésticos, equipamentos, ferramentas, têxteis e outros bens de consumo.

**Capital**

1. O capital social, realizado em numerário, é de quatro milhões escudos (4.000.000\$00), distribuído do seguinte modo pelos sócios:

- Duas quotas, no valor de um milhão e duzentos mil escudos cada uma, pertencentes cada uma delas a “DROGARIA DO LEÃO, LIMITADA e Carlos Alberto Mões Joaquim.
- Duas quotas, no valor nominal de oitocentos mil escudos cada uma, pertencentes, cada uma delas a Luís Pedro Celestino da Silva Coelho e a Suzana Helena de Morais Mões Joaquim.

2. As quotas encontram-se realizadas em cinquenta por cento e serão totalmente realizadas no prazo de dois anos.

Artigo 5º

**Cessão de quotas**

A cessão de quotas a favor de estranhos depende do consentimento da sociedade que fica com direito de atribuir a preferência a quem entender.

Artigo 6º

**Gerência**

A administração e a representação da sociedade serão efectuadas por três gerentes bastando a assinatura de um deles para obrigar a sociedade em juízo e fora dele, ficando desde já nomeados os sócios Carlos Alberto, Mões Joaquim, Suzana Helena de Morais Mões Joaquim e Luís Pedro Celestino da Silva Coelho.

Artigo 7º

**Assembleia geral**

A assembleia geral será convocada por carta registada enviada com 15 dias de antecedência e os sócios podem ser representados por advogado.

Artigo 8º

**Prestações suplementares**

Os sócios podem deliberar que lhes sejam exigidas prestações suplementares até ao montante global de dois milhões de escudos.

Artigo 9º

**Início de Actividade**

A sociedade poderá entrar imediatamente em actividade, ficando, desde já, o gerente autorizado a efectuar o levantamento das entradas para fazer face às despesas de constituição e aquisição de equipamentos ou matéria-prima.

Conservatória dos Registos da Região da Primeira Classe de São Vicente, aos 30 de Agosto de 2016. – O Conservador, *Carlos Manuel Fontes Pereira da Silva*.



II SÉRIE  
**BOLETIM  
OFICIAL**

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001

Endereço Electronico: [www.incv.cv](http://www.incv.cv)

Av. da Macaronésia, cidade da Praia - Achada Grande Frente, República Cabo Verde.  
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09  
Email: [kioske.incv@incv.cv](mailto:kioske.incv@incv.cv) / [incv@incv.cv](mailto:incv@incv.cv)

I.N.C.V., S.A. informa que a transmissão de actos sujeitos a publicação na I e II Série do *Boletim Oficial* devem obedecer as normas constantes no artigo 28º e 29º do Decreto-Lei nº 8/2011, de 31 de Janeiro.